

Sistema Abrapp tem novo Código de Ética

REVISTA DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Revista da ABRAPP • ICSS • SINDAPP • UniAbrapp • Ano 42 • Número 449 • Novembro/Dezembro 2023

**FASE DE
DESACUMULAÇÃO**
DEMANDA SOLUÇÕES
CONTEMPORÂNEAS



Proximidade com
entes supervisionados
é prioridade para a Previc

Reforma traz
complexidade aos novos
planos CD holandeses

O fomento sob
a ótica das EFPCs
de grande porte

A man and a woman in business attire walking and talking in a modern office hallway. The man is wearing a dark blazer and glasses, and the woman is wearing a light-colored suit and holding a folder. The background is a blue-tinted office space with glass railings.

Parceria CERTA

Produto exclusivo para instituições financeiras, consultorias, empresas de sistemas, auditoria, seguradoras, e demais empresas do Mercado que tenham interesse em se aproximar e fortalecer o relacionamento com o setor.

REDE DE CREDENCIADOS

BB GESTÃO DE RECURSOS DTM S.A.

Renata Sturzeneker Cypreste
21 3808.7502
renatacypreste@bb.com.br

Paulo Sergio Manzione
21 3808.7548
paulomanzione@bb.com.br

bbdtvm@bb.com.br

BNY MELLON

Julia Costa
21 3219 2084
julia.costa@bnymellon.com

BOCATER
ADVOGADOS

BOCATER, CAMARGO, COSTA E SILVA, RODRIGUES
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Flavio Martins Rodrigues
21 3861.5800
frodriques@bocater.com.br

Matheus Corredato Rossi
11 2198.2800
mrossi@bocater.com.br

CMCORP SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

Marcus Moreira
21 97631.4762
marcus@cmsolucoes.com.br

CONDUENT CONSULTORIA E SERVIÇOS DE RECURSOS HUMANOS

André Moura
11 95772.0939
andre.moura@conduent.com

Simone Santos
11 3627.6204 | 11 95202.8111
simone.dossantos@conduent.com

GRUPPO AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO

Roberto Pitta
21 3554.2680
comercial@gruppoinvest.com.br

HASHDEX TECHNOLOGY LTDA.

Renato Campos
renato.campos@hashdex.com
21 97265.3021

Guilherme Zacheo
guilherme.zacheo@hashdex.com
11 97276.3172

ITAJUBA ADMINISTRACAO PREVIDENCIARIA LTDA

Carlos Eduardo Tejada
11 95301.8770
carlos.tejada@iaprev.com.br

INVESTIRA SOLUÇÕES LTDA.

Ricardo Villar
21 99333.7494
ricardo.villar@investira.com.br

JUNQUEIRA DE CARVALHO E MURGEL ADVOGADOS E CONSULTORES

Fábio Augusto Junqueira de Carvalho
fabio@jcmconsultores.com.br
31 99296.2410

Rosimar Conceição da Silva
rosisilva@jcm.adv.br
21 2526.7007

LUZ SOLUÇÕES FINANCEIRAS

Jadson Silva
consultoria@luz-ef.com

Fernanda da Silva Campos
marketing@luz-ef.com
11 3799.4700

PPS PORTFOLIO PERFORMANCE LTDA.

Alexandre Bravin dos Santos
11 3079.5304
alexandre.bravin@pps-net.com.br

S&P Dow Jones Indices

A Division of **S&P Global**

S&P DOW JONES INDICES

Paulo Eduardo de Souza Sampaio
21 99594.9771
paulo.sampaio@spglobal.com

PFM CONSULTORIA E SISTEMAS

Cynthia Shingai Pinheiro Paes
cynthia.shingai@pfmconsultoria.com.br

Maria Paula Soares Aranha
mariapaula@pfmconsultoria.com.br
11 4302-3126

TÔRRES, CORRÊA E OLIVEIRA ADVOGACIA

Ana Carolina Oliveira
61 3321.4303
anacarolina@tco.adv.br

VINCI PARTNERS

Amanda Azevedo
11 3572.3777
aazevedo@vincipartners.com

UFUND HOLDING S.A.

Sidnei Moraes
11 95981.6304
sidnei.moraes@ufund.com.br

WILLIS TOWERS WATSON

Evandro Oliveira
11 4505.6451
evandro.oliveira@willistowerswatson.com

Felinto Sernache
21 2223.7534
felinto.sernache@willistowerswatson.com

SEJA UM PARCEIRO E FAÇA PARTE DO ECOSISTEMA

Entre em contato conosco através do qr code e saiba mais!



Ano 42 - Número 449
novembro/dezembro 2023

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
Revista da
ABRAPP / ICSS / SINDAPP / UniAbrapp

Editora

Flávia Pereira da Silva
Reg. Profissional nº 0035080/RJ

Programação visual e Capa

Virgínia Carráca

Colaboradores

Débora Diniz
Martha Elizabeth Corazza
Paulo Henrique Arantes

Redação

flaviampsilva@gmail.com

PUBLICIDADE:

Abrapp Atende

relacionamento.abrapp.org.br

Telefone: (11) 3003-2696

WhatsApp: (11) 4933-0081

Núcleo de Comercialização Abrapp

Telefone: (11) 3031-2317/7313

ENDEREÇO:

Av. Nações Unidas, 12.551 - 20º andar
World Trade Center - Brooklin Novo
CEP 04578-903 - São Paulo, Capital

www.abrapp.org.br

- 06** Vida Associativa
- 09** Complexidade e difícil compreensão marcam novos planos CD holandeses
Entrevista com Roel Mehlkopf
- 15** Desacumulação exige soluções contemporâneas
Longevidade traz desafios à fase de pagamento de benefícios em meio a produtos que destoam da realidade econômica e social
- 23** Proximidade com entes supervisionados é prioridade para a Previc
Coordenação-Geral de Projetos de Fomento e Relações Internacionais privilegia interação para identificar questões operacionais e regulatórias que dificultam o crescimento
- 29** O novo Código de Ética do Sistema Abrapp
Documento possui 18 itens que se desdobram, compreendendo desde objetivos e abrangência até denúncias e punições
- 35** Incentivos para os investimentos em infraestrutura
Proposta da Abrapp envolve a criação de uma debênture tradicional com garantia do BNDES, indexação à inflação e um prêmio em relação às NTN-Bs de mesma *duration*
- 43** Supervisão Baseada em Risco é modernizada mundo afora
Países que adotaram a abordagem prudencial de forma pioneira já re-veem modelos para incluir riscos mais diversos
- 53** A agenda de desenvolvimento aos olhos das EFPCs de grande porte
Presidentes das maiores entidades do País enumeram medidas importantes para o crescimento. Educação Previdenciária é vista como principal catalizador
- 61** Os cuidados no planejamento da aposentadoria em planos CD
Benefícios mais baixos da Previdência Social e acumulação insuficiente em contas individuais podem acarretar empobrecimento de gerações futuras
- 65** Infraestrutura como fonte de geração de valor no longo prazo
Aware Super, terceiro maior fundo de pensão australiano, é referência em investimentos diretos - e sustentáveis - em infraestrutura
- 73** Consolidado Estatístico

Diretor-Presidente

Jarbas Antonio de Biagi

Diretores-Vice-Presidente**Regional Centro-Norte**

José Roberto Rodrigues Peres - CERES

Silas Devai Júnior - FUNDAÇÃO VIVA

Regional Leste-Sudeste

Luiz Carlos Cotta - CAPITAL PREV

Luciana Costa Marques de Sá - PREVINDUS

Regional Nordeste

Roberto de Sá Dâmaso - ECOS

Alexandre Araújo de Moraes - COMPESAPREV

Regional Sudoeste

João Carlos Ferreira - VALUE PREV

Alexandra Leonello Granado - METRUS

Regional Sul

Cláudia Trindade - FUSAN

Regidia Alvina Frantz - PREVIC

Conselho Deliberativo**Presidente**

Luís Ricardo Marcondes Martins - MAG

Vice-Presidente

Edécio Ribeiro Brasil - VALIA

1º Secretário

Walter Mendes de Oliveira Filho - VIVEST

2º Secretário

Reginaldo José Camilo - FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO

Conselho Fiscal**Presidente**

Alexandre Wernersbach Neves - PREVES

Presidente

Guilherme Velloso Leão - MAIS PREVIDÊNCIA

Diretores Executivos

Carlos Henrique Flory - PREVCOM

Denise Maidanchen - QUANTA

Conselho Fiscal**Presidente**

Alexandre Wernersbach Neves - PREVES

Diretor-Presidente

Carlos Alberto Pereira - SIAS

Diretor-Vice-Presidente

José Manuel Justo Silva - OABPREV-PR

Diretor Executivo

Ocione Marques Mendonça - CAPEF

Conselho Fiscal**Presidente**

Alexandre Wernersbach Neves - PREVES

Diretora-Presidente

Claudia Trindade - FUSAN

Diretora-Vice-Presidente

Liane Matoso Chacon - NEOS

Diretor Executivo

Sérgio Wilson Fontes - REAL GRANDEZA

Conselho Fiscal**Presidente**

Alexandre Wernersbach Neves - PREVES

Durante o 44º Congresso Brasileiro de Previdência Privada (CBPP), realizado pelo Sistema Abrapp em outubro, o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, ressaltou a importância das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) para o mercado financeiro e para a Economia como um todo. Em seu pronunciamento, o também titular do Ministério do Desenvolvimento, Comércio, Indústria e Serviços fez questão de destacar a necessidade de crescimento do setor e assinalar as vantagens do modelo de capitalização, como o menor custo em relação ao sistema estatal, a característica de formação de reservas e a proteção do trabalhador na aposentadoria. Além disso, disse que os investimentos das EFPCs são hoje mais adequados ao cenário macroeconômico, com recursos devendo ser canalizados para setores como o de energia, imóveis e infraestrutura.

A infraestrutura é tratada em duas matérias distintas. A primeira delas aborda proposta da Abrapp, já encaminhada a Alckmin, que visa a criação de uma debênture com garantia do BNDES e indexação à inflação. Outro avanço potencial seria a aprovação do PL 2646/2020, que dispõe sobre debêntures emitidas por concessionárias de serviços públicos, tornando-as mais atrativas para os investidores de longo prazo. Em matéria distinta, relatamos a experiência do *Aware Super*, fundo de pensão australiano que detém posição de vanguarda em investimentos diretos no segmento e vem expandindo suas operações mundialmente.

O 44º CBPP foi palco de debates sobre o presente e o futuro, nos quais profissionais de dentro e fora do setor corroboraram a necessidade de fomento. Mas em meio a um clima de otimismo que passa pela recriação do Ministério da Previdência e avanços normativos, alguns temas ainda aguardam definição, como a inscrição automática, a tributação, o uso de recursos do PGA, regras para planos BD, etc. Para falar de crescimento, entrevistamos os Presidentes de algumas das maiores EFPCs do País, que além de ansiar por progresso nessas e em outras frentes, enxergam como condição primeira para o desenvolvimento a ampliação da educação financeira.

A supervisão também é peça-chave para que a Previdência Complementar avance, tanto no Brasil quanto no exterior. Por isso, as autoridades de fiscalização têm trabalhado para garantir uma estrutura interna adequada, capaz de identificar mudanças no ambiente de riscos e operacional. O assunto é discutido duplamente nesta edição. Em entrevista exclusiva, Marcella Godoy, titular da recém-criada Coordenação-Geral de Projetos de Fomento e Relações Internacionais da Previc, fala sobre os atuais esforços da autarquia para compreender as nuances do sistema e construir uma relação mais próxima com as EFPCs. No ambiente internacional, lançamos um olhar sobre como supervisores pioneiros na implantação da SBR vem adaptando metodologia e gestão de riscos em contextos cada vez mais voláteis.

Por fim, destaque para a matéria de capa, que traz uma análise da necessária revitalização da fase de desacumulação dos planos de pensão, evolução que passa pelo compartilhamento de riscos com o mercado securitário. Um debate ainda incipiente no Brasil que demanda maior atenção de todos os *stakeholders*.

Boa leitura e felizes festas!

Flávia Silva
Editora

▶▶VIDA ASSOCIATIVA

Fique por dentro das AÇÕES e POSICIONAMENTOS da sua Associação

■ INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

A Abrapp realizou o *webinar* “Inovação e tecnologia na previdência impulsionam a competitividade e encantam participantes”, no dia 14 de novembro. O evento teve como palestrantes Alexandre Teixeira, CEO e Cofundador da uFund, e André Moura, *Senior Manager – HR Operation* da Conduent. A moderação ficou a cargo de Luciana Ribeiro, Secretária Executiva da Comissão Técnica de Estratégia e Criação de Valor da Abrapp. “A tecnologia e a inovação trazem um mundo de possibilidades, e para o mercado de previdência não é diferente”, disse a moderadora.

O primeiro ponto abordado foi a necessidade de manter a competitividade via a atualização constante de produtos e serviços, sobretudo quando se pensa num público mais jovem. O segundo item da agenda foi *cyber* segurança, e o terceiro, o Modelo *PensionTech* e a terceirização de serviços (BPO ou *Business Process Outsourcing*) que podem garantir mais flexibilidade para que as entidades pensem em competitividade.

Segundo Luciana Ribeiro, atrair novos participantes é algo desafiador, mas retê-los é ainda mais difícil. É preciso fazer a diferença para que os participantes permaneçam nas entidades e não migrem para outras empresas. Para acessar o *webinar*, [clique aqui](#).

■ VISITA AO TCU

A Abrapp teve participação ativa na reunião do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) realizada em Brasília, no dia 14 de novembro, quando foi aprovada, em linha com proposta anterior da Associação, uma Resolução que autoriza as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) a postergar para 2024 a aprovação do plano de equacionamento relativo ao déficit acumulado de 2022. Na ocasião, foi proposta uma visita dos membros do colegiado ao Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).

“A nova Resolução privilegia a governança da entidade, aquilo que nós da Abrapp temos disseminado. As entidades mantêm um alto nível de governança. Se a medida de postergação do equacionamento for adotada, será feita com todos os parâmetros legais, técnicos e atuariais”, diz Jarbas de Biagi, Diretor-Presidente da Abrapp, que participou da reunião.

Face a interferências do TCU na Previc e no próprio CNPC, também foi registrado um voto de apoio à Previc. “Nós, da Abrapp, endossamos esse reconhecimento, ampliando para todos os diretores da autarquia, cuja gestão está no caminho certo”, disse Edecio Brasil, conselheiro titular do CNPC e representante das EFPCs.

Quanto à reunião proposta por Lupi entre os integrantes do CNPC e o Presidente do TCU, Jarbas de Biagi acredita que será uma oportunidade importante para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema e o seu alto nível de governança.

“Reiteramos, ainda, pontos importantes para o fomento do setor, como o PGA, a inscrição automática e a marcação de títulos, que são propostas defendidas pela Abrapp”, comenta Edecio Brasil.

■ 45º CONGRESSO

Já estão abertas as inscrições para o 45º Congresso Brasileiro de Previdência Privada (CBPP), que será realizado nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2024, em formato *online* e presencial, no Transamérica Expo Center, em São Paulo. As inscrições com desconto para o primeiro lote, em ambas as modalidades, vão até o dia 20 de janeiro de 2024.

Em sua 44ª edição, realizada em outubro último, o CBPP reuniu mais de 4 mil participantes, além de ampla programação com 93 atividades, entre plenárias, *insight sessions*, palestras técnicas, apresentações no Espaço UniAbrapp e *cases* no Espaço Boas Práticas.

[Clique aqui](#) para mais informações e inscrições.

■ MAPA DE RELACIONAMENTO

A Abrapp divulgou os resultados do Mapa de Relacionamento Associativo durante os encontros da segunda rodada da série “Abrapp Itinerante”. A ideia do mapa é verificar o grau de utilização dos diversos produtos e serviços que exigem adesão e que a Abrapp disponibiliza para as associadas. “Temos o compromisso de nos comunicarmos de maneira cada vez mais efetiva com as associadas para intensificar a utilização dos produtos a que elas têm direito”, comenta Eduardo Lamers, Assessor da Superintendência Geral da Abrapp.

Os 15 produtos mais utilizados pelas associadas, dentro dos critérios utilizados, são:

1. Blog Abrapp em Foco
2. Congresso Brasileiro de Previdência Privada
3. Calendário de Obrigações
4. Eventos Institucionais
5. Cursos UniAbrapp
6. IDG II
7. Comissões Técnicas
8. IGI
9. Pesquisa Salarial
10. Abrapp Comunica
11. Abrappoints
12. Código de Autorregulação em Governança de Investimentos
13. Selo de Engajamento
14. Órgãos Colegiados
15. Código de Autorregulação em Governança Corporativa

■ Editorial Abrapp ■

A DEMOGRAFIA E A NOVA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A aceleração do ritmo de envelhecimento da população brasileira, anunciada recentemente pelo IBGE, causou surpresa e apreensão. A maioria se surpreendeu nem tanto pelo crescimento do número de pessoas com idade avançada, mas principalmente pela velocidade com que essa ampliação tem ocorrido. Várias preocupações voltaram à tona e, mais ainda, reforçou-se a necessidade de agir com rapidez para evitar que esse quadro se torne insustentável para a nossa sociedade.

Os números revelados pelo IBGE mais do que justificam essas reações. Segundo o levantamento do instituto, a população acima de 60 anos era de 32,1 milhões no Censo de 2022, uma alta de 56% em comparação ao Censo anterior. Como se não bastasse, o IBGE revelou que o número de pessoas com idade de 65 anos ou mais no Brasil chegou, em 2022, a 10,9% da população, superando 22,169 milhões de pessoas – ou seja, essa faixa da população teve crescimento de 57,4% em comparação a 2010.

Na outra ponta, os dados mostraram que o número de crianças com até 14 anos de idade recuou 12,6% no período, para pouco mais de 40 milhões (o que significa um recuo de quase 6 milhões de brasileiros).

Esses e outros dados do IBGE provocaram um novo despertar para temas diretamente ligados a essa realidade, entre os quais se destaca a previdência. A pergunta que surgiu de imediato após a divulgação da pesquisa foi: o que o Brasil pode fazer para assegurar uma aposentadoria digna diante dessa realidade demográfica?

Há múltiplas respostas possíveis a uma pergunta tão ampla, mas é certo que a previdência complementar fechada tem papel-chave no encaminhamento de soluções para o problema. Para cumprir essa missão, no entanto, o sistema defende a adoção de um conjunto de medidas que viabilizem sua colaboração no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas que se aposentam, ao mesmo tempo em que colaboram para fortalecer a economia brasileira.

Um equívoco que não se pode cometer é postergar o que precisa ser feito. Pode parecer precipitado falar em nova reforma da previdência, já que tivemos um conjunto de medidas nesse sentido anunciadas pelo governo há apenas quatro anos. Mas como lembraram as entidades fechadas de previdência complementar representadas pela Abrapp na época (final de 2019), o Brasil precisa de outra reforma (ou de várias reformas) em seu sistema previdenciário. Em que pese as medidas corretas adotadas então, é preciso fazer muito mais, sem demora.

O Brasil não está sozinho nesse barco. Grande parte de países considerados desenvolvidos vem há anos buscando mudar seus modelos previdenciários, em vista da maior longevidade. Para ficar em alguns exemplos, França, Alemanha, Itália e Grécia, países que mais gastam com previdência no mundo – 14% do PIB em média –, têm buscado via sucessivas reformas encontrar soluções para o problema, mas esbarram em inúmeras dificuldades para conseguir o objetivo, entre as quais a forte resistência da sociedade.

Por aqui o cenário é semelhante. O Brasil gasta 13% do PIB com a previdência, quando levamos em conta Regime Geral, Regimes Próprios, Servidores Federais e Militares. Temos um regime na previdência do Estado brasileiro que se baseia na repartição simples, em que as pessoas que estão trabalhando contribuem para pagar os benefícios dos aposentados. Fica claro que esse modelo não se sustenta, já que é inviável em um quadro como o atual, de maior longevidade associada à queda da participação dos jovens na população. É aritmético: o número de pessoas que contribuem está em queda, ao contrário do que acontece com os que se aposentam.

Uma reforma paramétrica, como a de 2019, ajusta a idade e o tempo mínimo de contribuição e tem impactos positivos, como o alívio no curto prazo para as contas públicas. Mas o passar do tempo mostra que o acelerado envelhecimento da população e o encolhimento do total de jovens exigem novas mudanças, em curto espaço de tempo.

Por isso, o sistema defende a adoção de um novo modelo para a previdência que inclua o regime da capitalização (com contribuições do beneficiário e do empregador) para estimular a poupança e o planejamento de longo prazo da aposentadoria. Sugestões como essa e várias outras, como a necessidade de mudanças tributárias para entidades fechadas de previdência, equiparação entre os regimes fechado e aberto e muitas outras, têm sido apresentadas e defendidas pelo sistema. É um trabalho árduo e constante que, felizmente, tem contado com o apoio de órgãos como a Previc. Não podemos esmorecer. O momento é de repensar a previdência no Brasil, até porque a demografia não para. Ao contrário, está cada vez mais nos mostrando que é preciso agir. E é para já!





abrappoints

A Setinha Azul do seu **Programa de Benefícios**



+Engajamento em eventos, cursos e certificações



Descontos
Exclusivos



+Retorno
Associativo

Com o Abrappoints as associadas recebem a vantagem de acumular pontos ao participar de iniciativas promovidas pela Abrapp, UniAbrapp e ICSS, e obter descontos em diversos serviços, como eventos, cursos e certificações!

De forma gratuita e acessível, nossas associadas recebem múltiplos benefícios.

SAIBA MAIS

Acesse os conteúdos através do QR Code e saiba como utilizar os pontos!



ENTREVISTA COM
ROEL MEHLKOPF

COMPLEXIDADE E DIFÍCIL COMPREENSÃO MARCAM NOVOS PLANOS CD HOLANDESES

Após anos de intensos debates entre patrocinadores, sindicatos, governo e participantes, a reforma previdenciária holandesa foi finalmente aprovada este ano. Com a nova legislação, os direitos acumulados por participantes de planos ocupacionais de Benefício Definido - setoriais ou empresariais - que cobrem, muitas vezes de forma semi-obrigatória, aproxi-

madamente 90% dos trabalhadores do país, deverão ser transferidos para a modalidade de Contribuição Definida (CD) com compartilhamento de riscos. A principal diferença do desenho atual para o proposto reside sobretudo na forma de cálculo das contribuições e no acúmulo dos benefícios viabilizados por esses aportes.¹ “O objetivo é melhorar a alocação de riscos entre

1. Nos planos BD atuais, o participante acumula anualmente um percentual fixo do seu salário em direitos previdenciários. Porém, os trabalhadores pagam a mesma contribuição, o que seria pouco relevante não fosse pela dinâmica atual do mercado de trabalho, que faz com que os mais jovens acabem pagando mais caro pelo benefício do que os mais velhos, já que o acúmulo de direitos é barateado em horizontes de investimentos prolongados. A intenção da reforma é introduzir um percentual contributivo sobre a renda bruta que reflita a realidade individual (e seja direcionado a uma conta de aposentadoria), associado à redução do acúmulo de direitos com o avançar da idade.

►► ENTREVISTA · Roel Mehlkopf

as coortes etárias e dirimir dúvidas sobre a propriedade dos ativos previdenciários entre gerações”, explica Roel Mehlkopf, Consultor Sênior da *Cardano Risk Management* e Professor de Economia Previdenciária da *Tilburg University*, na Holanda.

O governo almeja revitalizar o sistema, entre outras razões, por causa das baixas taxas de juros e do envelhecimento da população, fatores que vêm exercendo forte pressão sobre o equilíbrio dos planos, ocasionalmente resultando na redução de benefícios conforme determina o regulador *Der Nederlandsche Bank* (DNB). O aumento do trabalho autônomo e flexível, por sua vez, impactou o sistema na medida em que um número menor de pessoas ingressa nos programas capitalizados.

“Fiquei particularmente desapontado com o fato de os novos contratos CD serem bastante complicados e de difícil compreensão para os participantes”, ressalta Mehlkopf. A simplicidade e a flexibilidade de escolha individual, lamenta o especialista, também receberam pouca atenção no árduo processo de negociação de reforma.

Os futuros programas de Contribuição Definida precisam prever ainda uma “reserva

solidária”, que poderá ser utilizada no compartilhamento de riscos. Além disso, a migração efetiva exigirá um meticuloso plano de transição que leve em consideração os impactos sobre cada plano BD, bem como o cálculo de eventual compensação a indivíduos que forem comprovadamente prejudicados. Esses e outros aspectos da reforma de um dos maiores sistemas privados do mundo, com cerca de €1,5 trilhão em ativos sob gestão, são abordados por Roel Mehlkopf na entrevista a seguir.

Na Holanda, a reforma da previdência vem sendo debatida há anos. Houve finalmente um consenso para a sua aprovação? Quais são os prazos de implantação das medidas a partir de agora?

Roel Mehlkopf - A lei previdenciária holandesa foi aprovada pelo senado em maio. Ela possibilita a conversão dos direitos acumulados nos planos de Benefício Definido (BD) existentes para novos planos de pensão de Contribuição Definida (CD) com o compartilhamento coletivo de riscos. De acordo com a nova legislação, os parceiros sociais têm até 2025 para decidir como irão fazer

essa transição. Posteriormente, foi fixado um prazo até 2028 para que os novos contratos CD sejam efetivamente criados e os direitos BD “migrados” para os planos que forem estabelecidos.

Quais as principais razões por trás dessa reforma?

Roel Mehlkopf - Os contratos previdenciários de Benefício Definido ainda predominam nos Países Baixos, embora tenham sofrido diversas mudanças ao longo da última década. Nesse período, os empregadores gradualmente deixaram de ser patrocinadores de riscos e, conseqüentemente, os participantes (incluindo os já aposentados) passaram a arcar com os riscos sistemáticos de investimento e longevidade. A reforma facilita a transição para os novos planos de Contribuição Definida que forem sendo desenhados, havendo regras explícitas sobre como os ganhos e perdas futuros serão distribuídos entre as diferentes gerações. O objetivo é melhorar a alocação de riscos entre as coortes etárias e dirimir dúvidas sobre a propriedade dos ativos previdenciários entre gerações.

O sistema previdenciário

do país é hoje estruturado em três pilares: (1) um sistema estatal de repartição simples (AOW), que paga benefícios para pessoas que completarem 67 anos; (2) planos de pensão coletivos complementares (frequentemente setoriais) baseados no vínculo empregatício e financiados pelo regime de capitalização; e (3) planos de pensão privados individuais/ pessoais. Como a reforma afetou o desenho do segundo pilar para além da idade mínima de ingresso nos planos, que passará de 21 para 18 anos em janeiro de 2024?

Roel Mehlkopf - Há duas mudanças principais. Primeiramente, os direitos previdenciários dos trabalhadores passarão a assumir a forma de um capital pessoal, similar ao que ocorre nos planos padrão de Contribuição Definida. Nos planos BD atuais, os direitos previdenciários são calculados como anuidades (diferidas), também durante a fase de acumulação. Em segundo lugar, os novos planos de pensão serão mais justos

atuariamente, diferentemente dos programas BD em vigor hoje, que contêm um elemento de repartição simples, legado antigo que restou preservado até agora.

Alguma mudança aprovada na reforma afeta o sistema estatal de repartição simples?

Roel Mehlkopf - Não. O sistema estatal de repartição permanece inalterado. No entanto, vale lembrar que a idade de aposentadoria passou a ser vinculada à expectativa de vida há alguns anos. Como resultado, a idade mínima, que costumava ser de 65 anos, aumentou para os atuais 67 anos, e continuará a subir no futuro.

Haverá arranjos mistos ou algum desenho intermediário que contenha características BD e CD no 2º pilar?

Roel Mehlkopf - Os novos planos de pensão de Contribuição Definida contêm a chamada “reserva solidária”, que pode ser utilizada no compartilhamento de riscos, e cujo tamanho varia de 0% a 15% do total de ativos. Tal reserva poderá ser constituída com até 10% das contribuições e/ou 10% dos retornos

positivos excedentes que seriam direcionados às contas individuais. A maioria dos fundos de pensão deseja fazer uso desses recursos para evitar reduções anuais nas pensões em pagamento aos atuais aposentados.

A nova legislação prevê alguma mudança na estrutura tributária dos planos de pensão?

Roel Mehlkopf - A estrutura tributária dos novos planos CD terá como base um limite máximo aplicável aos níveis contributivos, calculado a partir das taxas de juros reais. [A contribuição máxima proposta para financiar a aposentadoria do participante e pensão por morte é de 30% do salário de referência]. Trata-se de uma mudança em relação aos planos de Benefício Definido atuais, que possuem um limite de dedução fiscal sobre o acúmulo de direitos e níveis de benefícios que, aliás, foi reduzido nos últimos anos. O governo também quer permitir que todos os participantes de fundos de pensão saquem, na forma de pecúlio, 10% dos ativos acumulados na data de aposentadoria. A ideia é que possam utilizar esses recursos, por exemplo, para pagar o

►► ENTREVISTA · Roel Mehlkopf

financiamento da casa própria ou fazer uma viagem. No entanto, na prática, esse saque pode revelar-se desvantajoso sob o ponto de vista tributário caso o aumento repentino e acentuado da renda resulte no pagamento de mais impostos ou na suspensão da oferta de subsídios ou outros benefícios estatais.

Em sua opinião, essa reforma é adequada?

Roel Mehlkopf - Em minha opinião pessoal, a transição para os novos contratos CD com capital individual é um passo lógico e positivo. Afinal, ter uma poupança previdenciária individualizada ou pessoal faz mais sentido do que a acumulação diferida de benefícios, especialmente para os participantes mais jovens. A adoção de planos de Contribuição Definida também suprime discussões sobre a taxa de desconto atuarial a ser aplicada aos contratos de Benefício Definido, que tem sido objeto de debates acalorados e conflitos intergeracionais na última década. Essas discussões ficarão no passado quando o novo sistema for implantado.

Quais aspectos são

mais relevantes?

Roel Mehlkopf - Eu fiquei particularmente desapontado com o fato de os novos contratos CD serem bastante complicados e de difícil compreensão para os participantes. A nova legislação é produto de intensa negociação entre sindicatos, empregadores, reguladores e governo, e o acordo final foi aquele com o qual todas as partes interessadas concordaram. Ao mesmo tempo, porém, trata-se de um resultado complexo. Minha visão pessoal é que os contratos de Contribuição Definida que já existem na Holanda são muito mais fáceis de entender, além de conferirem maior flexibilidade de escolha ao participante. Essas características, isto é, simplicidade e opções de escolha, receberam pouca atenção no processo de negociação.

Como a população recebeu a reforma?

Roel Mehlkopf - A reforma é controversa e vem sendo alvo de muita oposição sobretudo entre os eleitores mais velhos. O assunto, inclusive, deve interferir na formação do novo governo após as eleições de novembro.

O que vem sendo considerado como mais controverso no processo de transição? Os parceiros sociais têm se esforçado para informar a população?

Roel Mehlkopf - A parte mais controversa da reforma é a ausência de uma opção individual de saída para os participantes quando os direitos acumulados nos planos BD existentes forem convertidos para os planos CD. Em outras palavras, os participantes não poderão se opor à decisão dos parceiros sociais de migrar os direitos previdenciários acumulados nos planos de Benefício Definido para as contas individuais de aposentadoria de Contribuição Definida. O governo e os parceiros sociais argumentam que essa opção de saída não é desejável, pois implicaria nos fundos de pensão terem que ser divididos em duas partes: uma para os participantes que concordam com a conversão e outra para aqueles que discordam e desejam ter seus direitos BD preservados. ■

Por Flávia Silva



A plataforma oferece acesso rápido e prático às informações, possibilitando ao usuário acompanhar seus portfólios e o mercado de forma dinâmica, mantendo as melhores práticas e a imparcialidade nas análises dos investimentos



 **RETORNOS DIÁRIOS**

 **RISCOS**

 **COMPLIANCE E NORMAS**

 **MEUS GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO**

 **FERRAMENTAS**

 **SIMULAÇÕES E COMPARATIVOS**

Esse modelo possibilita ao usuário maior foco em análises, pois o tratamento contínuo de dados é realizado pela equipe de analistas da ADITUS.

Para maiores informações, entre em contato com a nossa equipe: aditus@aditusbr.com



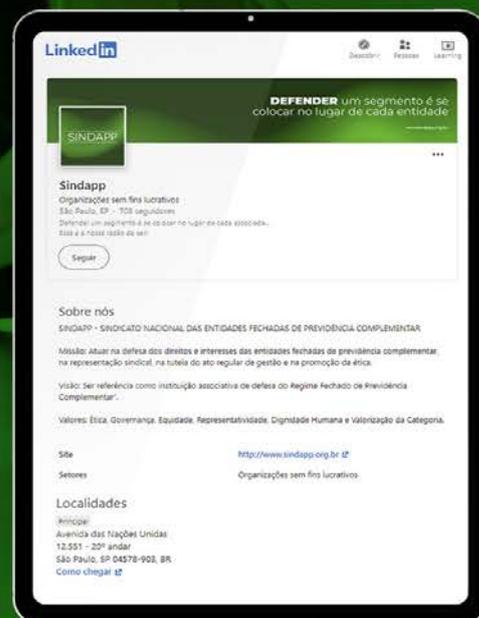
Como protagonista nas atividades sindicais, o Sindapp atua no recebimento de pautas, condução das negociações e fechamentos de acordos e convenções coletivas de trabalho.

A gestão da sua entidade vai negociar com os colaboradores? Oferecemos auxílio especializado às Associadas, orientando os acordos coletivos de trabalho e as convenções firmadas nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Conte com a expertise e o forte posicionamento do Sindapp para apoiar a sua entidade! Faça parte!



E para saber mais sobre as convenções coletivas, conquistas, ações e todas as novidades ao longo de 2023, acompanhe o LinkedIn do Sindapp.



DESACUMULAÇÃO EXIGE SOLUÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Longevidade traz desafios
à fase de pagamento de benefícios em meio a produtos
que destoam da realidade econômica e social

MARTHA ELIZABETH CORAZZA

O atual modelo previdenciário brasileiro não sofrerá rupturas por conta do aumento da longevidade da população ou da nova realidade do mercado laboral, mas precisará mergulhar fundo num esforço de inovação para assegurar o suporte adequado às pessoas tanto na fase de acumulação quanto na de desacumulação dos planos de benefícios. A maior longevidade traz novos desafios à fase de pagamento de pensões e aposentadorias, em particular, porque o sistema ainda é baseado em produtos criados no século passa-

do. Faltam soluções sobretudo para os participantes de planos de Contribuição Definida (CD) e Contribuição Variável (CV).

A visão é do fundador da MOW Capital Assessoria e Treinamento, Marcelo Otávio Wagner, ex-Diretor de Investimentos e AETQ da Previ. As opções disponíveis estão desatualizadas em relação à realidade econômica e social aqui e lá fora, diz ele, referindo-se à alternativa de resgate total das reservas para fazer autogestão, à renda por prazo determina-

do e à renda vitalícia. “Os planos que existem refletem uma lógica ainda da Revolução Industrial e oferecem apenas três alternativas possíveis para a desaccumulação.” Nesse recorte da história, complementa Wagner, que também foi Diretor Financeiro da Brasilprev, “as pessoas morriam doze anos após a aposentadoria”.

“Planos refletem lógica da Revolução Industrial, época em que as pessoas morriam doze anos após a aposentadoria”

Nos planos mais antigos de Benefício Definido e em alguns programas CV, é possível desaccumular no sistema de renda vitalícia, por meio do qual o participante receberá um determinado valor independente da data em que vier a falecer. “Se a pessoa for muito longeva, o mútuo terá que pagar. Esse é o modelo mais clássico, desenhado numa época em que a longevidade não era tão acentuada”, explica o especialista.

Outra opção é utilizar a poupança acumulada para cobrir o período de desaccumulação por meio de dois modelos: o prazo determinado ou a descapitalização em cotas. “Mas essas rendas podem ser exauridas se o participante for muito longevo, situação refletida no conhecido ‘Caso Guinle’”, cita Marcelo Wagner. A *case* em questão é o do famoso playboy Jorginho Guinle, que viveu até os 88 anos sem qualquer planejamento para a velhice, morrendo em 2004 em situação muito além de suas possibilidades financeiras. “Esse é um risco real ao qual as pessoas estão sujeitas.”

A terceira alternativa, do resgate total dos recursos, que serão direcionados para a autogestão, é a mais arriscada porque exige um planejamento profissional. “Caso contrário, haverá o ‘feito loteria’, em que a pessoa recebe um choque de recursos

que serão exauridos rapidamente, seja pela qualidade subótima da alocação feita, seja pelo excesso de gastos.”

Aposentadoria gradual

Segundo a Sociedade dos Atuários dos EUA, a aposentadoria e o processo de desaccumulação de recursos costuma envolver etapas distintas. O primeiro corte mostra o período em que as pessoas ainda estão bastante ativas, têm capacidade de geração de renda e poupança, mas já tratam o período laboral de forma diferente. Na segunda fase, mais passiva, não há receita laboral e, ao mesmo tempo, ocorre o aumento das despesas com saúde. Finalmente, na terceira etapa, o indivíduo pode chegar a uma situação de maior vulnerabilidade e dependência, sendo direcionado a instituições de longa permanência para idosos.

Marcelo Wagner assinala que os mercados de previdência e de seguros precisam oferecer produtos com características multilíneas para atender o público em todas essas fases da aposentadoria, desde o “new old”, quando a pessoa deixa de ser provedora, até a etapa final de sua vida, em que ela passa a ser dependente e vulnerável. “É necessário desenvolver soluções para todos os casos. A renda vitalícia é a mais indicada para a segunda e até mesmo para a terceira etapa, dado que a precificação dos valores fica mais técnica do lado das seguradoras”, avalia.

Isso porque, para a seguradora, uma pessoa de 55 anos poderá viver até os 110 anos e a renda terá que cobrir o risco de que ela venha a ser centenária.

Aos 70 anos de idade, porém, as tábuas e análises conseguem precificar melhor o período de sobrevivência. Assim, as condições podem ser mais vantajosas para os dois lados. “Será mais fácil calcular a margem de gordura necessária para precificar essa renda vitalícia”, explica o consultor.

Na esteira da inovação, também poderia haver um produto que preveja um bônus relativo ao período em que as pessoas aposentadas continuam a ser produtivas, sugere. “Mas o mercado securitário não se preparou para isso. Agora é preciso usar criatividade, tecnologia e iniciativa para o indivíduo acumular e também desacumular.”

Customização

No Brasil, a criação de novas soluções para desacumular é uma discussão ainda muito incipiente, mesmo que seja imperativo reestruturar os produtos que tenham “chassis” mais antigos. Uma possibilidade seria criar opções intermediárias, como a de quebrar o saldo de contas (provisão matemática de benefícios a conceder) e converter uma parcela desse saldo em renda financeira (provisória) durante um período sabático ou uma graduação, por exemplo. A alternativa já é utilizada nos EUA, com o nome de anuidade diferida. No modelo, é possível dividir a aposentadoria em partes, permitindo ao interessado descapitalizar as reservas ao longo do tempo, na medida em que envelhece.

Outra solução, que poderia ser implantada no curto prazo, diz Wagner, é a utilização de parcela das provisões para

fazer a escolha pela renda financeira temporária e deixar consignada a compra de uma anuidade vitalícia futuramente, “uma flexibilização do saldo de contas que poderia ser feita desde já”, adverte.

Nos Estados Unidos, a anuidade diferida se apresenta em várias modalidades que pré-estabelecem prazos, taxas de juros, forma de correção e outros fatores. “Lá esse modelo é customizável, mas ainda é cedo para pensar nisso no Brasil porque não temos sequer um arcabouço legal para essas soluções.”

DICE

Por aqui, existem hoje pessoas desacumulando nos planos BD, uma etapa que ainda vai muito longe; os participantes mais jovens, universo que constitui um campo enorme aberto para inovações, e os novos entrantes no mercado de trabalho, que não pretendem ficar muito tempo no mesmo empregador e têm um olhar de curto prazo.

No curto prazo, é possível flexibilizar o uso do saldo em conta e consignar a conversão de parte dos recursos em renda vitalícia futura

Dentro desse último escopo, Marcelo Wagner menciona o conceito de DICE (*Distributed Income Compensation Enterprise*), voltado a atender à demanda daqueles que vão ter vários empregadores ao mesmo tempo, um modelo que ainda está sendo desenhado no mundo todo. “Não há ruptura à vista, mas também não há inovação e evolução”, resume.

Avanços nas abertas

Na Previdência Aberta, já há sinais importantes de avanço na discussão sobre soluções criativas que também podem servir como base para o debate entre as EFPCs, aponta Wagner. No ano passado, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e

o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) realizaram duas consultas públicas com o objetivo de propor uma nova regulação para os produtos do setor, que ainda não foi apresentada, mas recebeu uma série de sugestões relevantes dos *stakeholders*.

“O mercado aguarda um posicionamento da Susep sobre essa Resolução. As entidades do sistema fechado precisam ficar atentas às novidades”, recomenda o ex-Diretor Financeiro da Brasilprev. Afinal, assim que esse arcabouço for apresentado, as EFPCs terão que trazer a discussão para o âmbito da Previc e começar a desenvolver novos *frameworks* de inovação. “Na verdade, nem seria preciso esperar pela Susep para dar início a essa discussão, mas esse sem dúvida será um ponto de entrada.”

Seguro longevidade

O importante é começar o debate e envolver regulador, entidades e consultorias especializadas. “Os planos CD, por exemplo, só oferecem hoje a opção da renda financeira, aquela que está sujeita ao ‘feito Guinle’, mas poderiam desenvolver parcerias com as seguradoras para colocar o seguro longevidade acoplado ao plano”, diz Marcelo Wagner.

Os planos de Contribuição Definida poderiam desenvolver parcerias com seguradoras para terem o seguro longevidade acoplado

Ele reconhece que isso reduz um pouco a renda, porém, se a pessoa viver além de determinada idade, a seguradora é acionada para pagar pelos anos adicionais de vida. “Embora esse seguro já exista, é necessário que sejam criados processos, convênios e contratos para viabilizá-los.” Além disso, complementa o consultor, seria bom ter um arcabouço regulatório que preveja a solução a fim de evitar eventuais judicializações. Outra possibilidade

interessante seria fazer contratos diretos entre as entidades e resseguradoras.

As EFPCs são grandes pagadoras de benefícios e têm no seu DNA a preocupação com a fase de desacumulação, enquanto as entidades abertas ainda possuem volume significativo de recursos em fase de acumulação. “As fechadas já têm processos e conhecimento, então seriam as parceiras lógicas das seguradoras nesse esforço, até porque já sabem o que fazer e como fazer bem o pagamento dos benefícios e pecúlios.” Os planos CD e os PGBLs completam agora entre 20 e 25 anos de existência, e por isso possuem, em comum, todo um contingente de pessoas que se aproxima da desacumulação, demandando produtos e serviços adequados, conclui Wagner.

Flexibilização e liberdade

Flexibilização é a palavra-chave para atender às demandas da previdência privada, define Edson Franco, Presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi). “Estamos chegando ao fim do bônus demográfico e isso tem consequências para o mercado de trabalho. Tanto que vemos hoje cinco a seis diferentes gerações trabalhando juntas nas empresas.”

A mudança do perfil da população se deve à maior expectativa de vida, menor mortalidade infantil e desaceleração no ritmo de natalidade, conforme evidenciado em recente Censo do IBGE. Avanços na tecnologia médica também contribuem para a mudança. “Isso traz desafios a serem enfrentados tanto na área do planejamento urbano quanto da

saúde pública e da previdência”, afirma Franco. “Pessoas com mais de 65 anos sentem-se aptas ao trabalho, uma realidade que a previdência privada precisa atender.”

Na opinião do dirigente, porém, as rendas vitalícias não suprem essa demanda. “As pessoas vão comprar renda vitalícia e não fazer mais nada? Precisamos ter flexibilidade para oferecer produtos que sirvam ao padrão mais dinâmico do trabalho.” Ainda que reduzam o ritmo, ele acredita que os aposentados devem continuar a trabalhar e usufruir do benefício da aposentadoria, sem necessariamente contratar esse tipo de renda. Nos EUA, exemplifica, os números relativos mostram que o percentual daqueles que fazem essa opção é menor que 5%.

No Brasil, o mercado segurador aguarda a nova Resolução do CNSP e posterior Resolução da Susep para estabelecer o novo marco regulatório das famílias de previdência privada. A FenaPrevi, inclusive, enviou sugestões durante as consultas públicas no sentido de garantir maior flexibilidade aos produtos. “Uma sugestão é que os participantes dos planos possam permanecer no período de desacumulação e continuar contribuindo enquanto usufruem de uma renda”, explica Franco.

Dessa maneira, seria viável que o participante fatesse o período de benefício em ciclos e escolhesse o tipo de renda que vai se adequar melhor à sua realidade. Ele/ela poderia tomar várias decisões ao longo do tempo, até o momento em que decida contratar ou não

a renda vitalícia. Opções incluiriam renda por prazo determinado e renda variável, havendo, assim, maior flexibilidade na aplicação das reservas.

Mercado aberto aguarda Resoluções de CNSP e Susep para estabelecer novo marco regulatório das famílias de previdência privada

“A modernização e a flexibilização poderão gerar um aumento na contratação formal de renda porque atualmente as pessoas mantêm reservas, mas também fazem autogestão por meio de resgates parciais”, detalha Franco. Um movimento que inclusive dificulta o levantamento de estatísticas exatas sobre o percentual das reservas resgatadas que são direcionadas à autogestão.

“Sabemos que a idade média dos participantes na Previdência Aberta hoje é relativamente alta, entre 46 e 49 anos. Já há um contingente de pessoas em idade de aposentadoria, mas, em 2021, o percentual de conversão em renda ficou em apenas 3,7% dos indivíduos em idade de diferimento”, informa o gestor. Outros 73,7% preferiram prorrogar o prazo de diferimento e continuar com o plano em provisão matemática de benefícios a conceder. “Nesse percentual há uma parte que opta pelo resgate parcial para fazer autogestão.”

O objetivo da proposta feita pela FenaPrevi à Susep é dar ao participante mais liberdade à medida que vai ficando mais velho, mas cada instituição, por sua vez, também terá espaço para definir o que corresponde às necessidades das pessoas, seja em renda temporária ou renda vitalícia, desenhando seus próprios produtos, declara o Presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida. Outra vantagem está na portabilidade, que permitirá maior competição entre as instituições e um mercado de livre concorrência. ■

Acreditamos que a tecnologia blockchain está impulsionando o crescimento econômico e criando oportunidades sem precedentes para investidores.



Pioneira global em investimentos seguros e regulados em criptoativos.

*dados de setembro 2023

Este material foi preparado pela Hashdex Gestora de Recursos Ltda. e tem caráter meramente informativo. Estas informações não caracterizam distribuição ou oferta de qualquer valor mobiliário, e não representam garantia de rentabilidade sobre qualquer investimento. A Hashdex não distribui cotas de fundos ou qualquer outro ativo financeiro. Investir em fundos de investimento apresenta riscos para os investidores e pode resultar em perdas patrimoniais. Criptoativos, em especial, apresentam riscos específicos, detalhados nos regulamentos dos fundos. Decisões de investimento devem ser precedidas de análise quanto aos objetivos e necessidades individuais, de modo que recomendamos a consulta a profissionais especializados antes de um investimento. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 meses. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou fundo garantidor do crédito. A CVM e a ANBIMA não garantem as informações prestadas ou fazem julgamento sobre a qualidade dos fundos e dos prestadores de serviço dos fundos. Leia o material informativo e o regulamento do fundo de interesse antes de investir, sobretudo os fatores de risco. Os documentos relevantes dos fundos e mais informações podem ser encontrados em hashdex.com.br.



Agende uma reunião:



R\$ 2 bi

sob gestão (AUM)*

+200 mil

investidores globais*

ANÚNCIO HASHDEX

1º ETF

de cripto no mundo (HNCI)

HASH11

gestora do segundo maior ETF
da B3 em número de cotistas



 Hashdex

 www.hashdex.com

 [hashdex.crypto](https://www.instagram.com/hashdex.crypto)

 [hashdex](https://twitter.com/hashdex)

 [hashdex](https://www.linkedin.com/company/hashdex)

 [hashdex](https://www.telegram.com/hashdex)

Alaska Institucional FIA : 18,14% a.a.*

Ibovespa: 7,66% a.a.

CDI: 7,57% a.a.

Esse fundo é dedicado a investidores institucionais como EFPCs

Retorno	Desde início	12M	24M	36M	out/23
Alaska Institucional FIA	203,24%	3,53%	27,54%	37,73%	-4,49%
Ibovespa	63,85%	-2,49%	9,32%	20,43%	-2,94%

* Retornos já líquidos das taxas de administração e performance

Início do fundo em 21/fev/2017

PL médio 12M: R\$ 1.148.914.143



MOODY'S

A Alaska Investimentos possui
rating MQ2.br pela Moody's



Dados calculados com data base 31/out/2023 pela Alaska Investimentos Ltda. Este material tem caráter meramente informativo e não deve ser considerado uma oferta para compra de cotas do Fundo. É recomendada a leitura cuidadosa do formulário de informações complementares, lâmina de informações essenciais e regulamento do Fundo pelo investidor ao aplicar seus recursos. Maiores informações e cópias do regulamento podem ser obtidas na instituição responsável pela distribuição de cotas do fundo ou na página da CVM: www.cvm.gov.br. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada é líquida das taxas de administração e performance, mas não é líquida de impostos. Não há, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das cotas a serem distribuídas. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do fundo garantidor de créditos - FGC. O tipo anbima consta no material técnico do fundo. Fonte das informações: CVM. Para ouvidoria, contatar ouvidoria@alaska-asset.com.br.

PROXIMIDADE COM ENTES SUPERVISIONADOS É PRIORIDADE PARA A PREVIC

Coordenação-Geral de Projetos de Fomento e Relações Internacionais privilegia interação para identificar questões operacionais e regulatórias que dificultam o crescimento

Durante o 44º Congresso Brasileiro de Previdência Privada, realizado em outubro na cidade de São Paulo, o Diretor-Presidente da Previc, Ricardo Pena, chamou a atenção para a necessidade de fortalecer o sistema fechado de Previdência Complementar. Paralelamente, disse ele, é imperativo reforçar a estrutura e os recursos (humanos, TI, etc.) à disposição da autoridade de supervisão, que passou por um processo de fragilização a partir de 2019, quando foi aventada, inclusive, uma fusão com

a Superintendência Nacional de Seguros Privados (Susep). Desde que assumiu o órgão, em fevereiro, Pena - junto à Diretoria Colegiada da Previc - tem mostrado comprometimento com esses objetivos. Prova disso foi a edição da Resolução Previc nº 23, que trouxe simplificação e desoneração normativa, e a criação, em agosto, da Coordenação-Geral de Projetos de Fomento e Relações Internacionais, capitaneada por Marcella Godoy, que falou com exclusividade à Revista da Previdência Complementar.

Segundo Godoy, em linha com o Planejamento Estratégico da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a nova Coordenação-Geral foi instituída com a missão de promover uma maior aproximação da autoridade com as entidades do setor, “de acordo com o público-alvo e segmento no qual atuam”. “Queremos ouvi-las para a identificação das dificuldades operacionais que podem estar dificultando o desenvolvimento da Previdência Complementar Privada no Brasil.”

No primeiro ano de implantação da Coordenação, informa sua titular, essa é a prioridade máxima do órgão supervisor. “Queremos contribuir com os movimentos que apontam para a segurança jurídica e reafirmar os conceitos de supervisão e licenciamento com uma visão garantista e republicana”, explica, acrescentando que isso será feito com a preocupação de afastar o passado persecutório recente, a fim de que seja possível ao fiscalizador e entes fiscalizados “caminharem juntos no ideal de melhorar o sistema”. “O objetivo mais urgente e prioritário da Coordenação se baseia na certeza de que o sistema só será fortalecido se a Previc e as entidades que o compõem caminharem de forma integrada e colaborativa, tanto na identificação e no diagnóstico dos problemas existentes, quanto na

elaboração e aplicação das soluções encontradas.”

Atuação internacional

Concomitantemente, na medida em que se busca o estreitamento das relações entre Previc e o setor, a Coordenadoria-Geral trabalhará para intensificar o diálogo da Superintendência com organizações internacionais que estudam temas pertinentes ao redor do mundo. Porém, a ideia não é só absorver *expertise*, mas compartilhar experiências do sistema previdenciário brasileiro com outros países.

Na análise de Marcella Godoy, esse intercâmbio internacional, que já começou, tem sido muito bom, contínuo e construtivo. “A Previc compreende que a manutenção e o fortalecimento do relacionamento com entidades como IOPS (*International Organization of Pension Supervisors*), OISS (Organização Iberoamericana de Seguridad Social), AECID (*Spanish Agency for International Development*) e a OECD (*Organization for Economic Co-operation and Development*) é de

“Sistema só será fortalecido se Previc e entidades caminharem de forma integrada e colaborativa”

suma importância para o aprendizado mútuo”, define.

Um troca que, como já observado em períodos anteriores, em que o órgão supervisor mantinha esse intercâmbio ativo, permite encontrar novas e importantes soluções para questões afetas à Previdência Complementar Fechada, opina Godoy. “A partir do compartilhamento das experiências, quanto à constituição e gestão das entidades e às soluções encontradas para superar problemas, a gente pode vislumbrar a oportunidade de errar menos e acertar mais”, pondera.

Ecosistema

A Coordenadora-Geral detalha o empenho interno da Previc para encontrar falhas, pontos positivos e, assim, buscar o aprimoramento contínuo. Para tal, foi realizado, de início, um cuidadoso estudo de toda a estrutura do sistema, o que a autoridade denomina “Ecosistema da Previdência Complementar Fechada no Brasil”. “As entidades foram alocadas de acordo com as modalidades de planos que oferecem, os setores da sociedade aos quais atendem e às Leis Complementares que pautaram sua criação.”

Além desses critérios, continua Godoy, foram contemplados os formatos de contribuição de seus participantes, com a diferenciação entre os planos instituídos e patrocinados. Mediante a criação desse Ecosistema, explica a gestora, reu-

niões vêm sendo realizadas com a participação de representantes das EFPCs de cada um dos segmentos, separadamente, nas quais são expostos e discutidos os principais obstáculos e desafios enfrentados em relação aos mais variados temas, desde a legislação vigente e impactos regulatórios existentes, até o relacionamento com o público em geral, dentre outros.

“O papel da Previc vem sendo o da escuta ativa. Proporcionamos às entidades um espaço de fala absolutamente livre para que possam elencar todas as dificuldades e gargalos enfrentados. Com isso, temos a possibilidade de estabelecer, de forma assertiva, um diagnóstico completo do setor”, opina. A partir daí, será possível identificar, com maior clareza, os gargalos burocráticos e operacionais.

Até o fechamento desta edição, reuniões já haviam sido feitas com entidades multipatrocinadas e instituídas, em oportunidades diferentes. Os encontros são realizados presencialmente, no auditório da sede da Previc em Brasília. A intenção, diz Godoy, é acolher e aproximar as EFPCs do ambiente físico da Superintendência. “Os encontros são presididos pelo Diretor-Superintendente, Ricardo Pena, e também contam com a participação efetiva e atenta dos Diretores e da Coordenação-Geral de Projetos de Fomento e Relações Internacionais”, esclarece.

Reuniões são realizadas em Brasília a fim de aproximar as EFPCs do ambiente físico da Superintendência

COFOM e GTs

Com o intuito de garantir a viabilidade das ações de crescimento e fortalecimento do setor, a Coordenadora-Geral informa que também está prestes a ser instituída a Comissão de Fomento das Entidades Privadas de Previdência Complementar (COFOM). Uma Portaria encontra-se em fase de elaboração, com publicação próxima, para que os trabalhos sejam iniciados em 2024.

A autoridade planeja ainda “workshops” com a participação de representantes das EFPCs, separadas por segmento. “Assim será possível definir soluções estratégicas, tecnicamente fundamentadas, para a otimização das adesões de novos participantes ao sistema, por meio de ações focadas no fomento.”

Atores diversos

Segundo especialistas, a simplificação normativa trazida pela Resolução Previc nº 23 foi, sem dúvida, um avanço importantíssimo em direção à desoneração e modernização do sistema. Todavia,

outras questões importantes para o fomento, a exemplo da flexibilização do uso dos recursos do Plano de Gestão Administrativa (PGA), retirada de patrocínio, solvência e Inscrição Automática, apenas para citar algumas, não dependem exclusivamente da autoridade de supervisão. “Trata-se de temas complexos e diversos que envolvem muitos atores no Executivo, no Congresso e até no Judiciário”, salienta Godoy.

A gestora lembra que a Previc já participa do Grupo de Trabalho de Revisão Normativa, instituído pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 11.543, onde estão sendo discutidos alguns desses temas, incluindo o PGA, a suspensão temporária da contribuição extraordinária e a questão da retirada de patrocínio unilateral.

Nesse contexto, a Coordenação vem auxiliando a Diretoria Colegiada com informações, quando necessário, assim como o fazem as demais áreas técnicas do órgão. “No momento, estamos prospectando dados e informações com entidades para traçar o caminho mais eficiente possível para os objetivos da gestão e das EFPCs, tendo em vista sempre o que for melhor para participantes e assistidos, que são a razão do trabalho da autarquia”, conclui. ■

Por Flávia Silva



ABRAPP

Uma Associação que traz retorno!

Expressamos na representação e atuação institucional, no celeiro de ideias e compartilhamento de experiências e nas Soluções Positivas, com produtos e serviços de qualidade, totalmente especializados.

Benefícios que maximizam o retorno em ser uma Associada, e agregam alto valor que ultrapassam as contribuições associativas!

Produtos e Serviços que apoiam a operação e gestão das EFPC, alicerçando a construção do futuro da previdência complementar!

Conheça alguns dos nossos **Produtos e Serviços**, vantagens exclusivas de quem conta com a parceria Abrapp:



Uma fotografia mensal do mercado. As principais estatísticas da previdência complementar fechada – dados de investimentos, rentabilidade, população, entre outros, disponível para as associadas e público em geral.



Relatório semestral com análise de desempenho dos fundos de investimento utilizados pelas EFPC, por segmento, nos últimos 12, 36 e 60 meses, comparando-os com fundos de outros gestores e outros fundos dos gestores da entidade. Atualmente são mais de 1.088 carteiras monitoradas e 9.962 Fundos.



Calendário de Obrigações

Sistema gratuito às associadas que não somente disponibiliza todos os prazos estabelecidos para legislação vigente para o regime de previdência complementar fechada, mas que também possibilita o controle de seu cumprimento de cada EFPC, por meio de mensagens de alerta enviada aos profissionais designados pela Fundação.



Solução coletiva e inovadora oferecida gratuitamente às entidades associadas participantes que possibilitará às EFPC se autodiagnosticar, se conectar umas com as outras, direcionar seus esforços para aumento do engajamento organizacional e buscar novas oportunidades com um time altamente comprometido com o futuro da Previdência Complementar.



O maior acervo digital e especializado do mercado proporciona a oportunidade de acesso rápido e fácil a toda biblioteca. Nela, é possível realizar busca de materiais pelos mais diversos filtros, além de acessar, na íntegra, as publicações e materiais de eventos disponíveis, da Abrapp e do Sindapp.



NOVO

O Serviço de Atendimento Abrapp Atende é o principal canal de relacionamento e valorização do cliente associado. Tem o propósito de esclarecer dúvidas, receber sugestões, orientar o uso e atender adesão a produtos e serviços. **Agora, este serviço traz uma novidade incrível! Experimente a nova Central de Relacionamento Omnichannel, uma experiência aprimorada, fácil e descomplicada!**

CLIQUE E SAIBA MAIS >>

www.abrapp.org.br





Gestora independente especialista em crédito privado, infraestrutura e imobiliário.

R\$ 22,9 bilhões
sob gestão em 31/08/2023

48
Fundos de Investimento

+80
Distribuidores Ativos

+ de 380.000
Investidores

MQ2
Rating de Qualidade emitido pela Moody's

20%
Investidores Institucionais

80%
Distribuidores Diversos

Fundada em 2003 a Capitânia Investimentos é uma das gestoras mais longevas do mercado com foco em Crédito, Infraestrutura e Imobiliário. Ao longo dos últimos 20 anos aperfeiçoamos continuamente o nosso processo de investimento e de monitoramento de ativos, com rígido controle de riscos. O time de gestão conta com quatorze analistas respondendo para dois gestores e todas as novas transações devem ser aprovadas por unanimidade pelos Comitês de Crédito ou Imobiliário, composto por cinco sócios seniores.

Carlos Simonetti
Sócio e diretor de relacionamento com investidores e produtos
invest@capitaniainvestimentos.com.br
Telefone: +55 (11) 2853-8888
capitaniainvestimentos.com.br

O NOVO CÓDIGO DE ÉTICA DO SISTEMA ABRAPP

Documento possui 18 itens que se desdobram,
compreendendo desde objetivos
e abrangência até denúncias e punições

Posicionamentos político-partidários, combate à corrupção e a fraudes, conflito de interesses, limites de atuação, confidencialidade, direitos autorais, uso de dados, presença em redes sociais. Cada item acima precisa ser objeto da atenção de dirigentes, conselheiros, empregados, estagiários, membros de comitês, aprendizes e todos que compõem o universo das Entidades

Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), inclusive prestadores de serviço e fornecedores. Esse é o escopo do novo Código de Ética do sistema Abrapp, Sindapp, UniAbrapp, ICSS e Conecta, que substitui a antiga Política de Boas Práticas e de Relacionamento, e é fruto do trabalho do Comitê de Ética da Abrapp, coordenado por Mauro Motta Figueira, Diretor-Presidente da Vexty.

Compõem o Comitê Armando Quintão Bello de Oliveira (Prevcom-MG), Carlos Frederico Rangel de Carvalho Silva (Fapes), Éder Luiz Menezes de Faria (BB Previdência), Ezequias Cândido de Paula (Elos), Gérson Wlaudimir Falcucci (Economus) e Lucas Ferraz Nóbrega (Fundação Libertas).

“A elaboração do Código de Ética do Sistema Abrapp foi um processo cuidadoso e colaborativo”, assinala Mauro Figueira. O resultado é um material com 18 itens que se desdobram, os quais vão de objetivos e abrangência até denúncias e punições. O caráter não é policaresco, mas norteador. Reflete, segundo Figueira, o compromisso da Abrapp com os princípios de ética, transparência, responsabilidade social, respeito, combate à corrupção e boas práticas de governança, “constituindo uma referência importante a ser observada por todos que integram o sistema ou que com ele se relacionem”.

Seria redundante afirmar que o Código de Ética se inspira nas melhores práticas de gestão e preceitos morais. De modo mais preciso, o documento consolida premissas e unifica os enfoques éticos em todas as vertentes do sistema. Segundo Figueira, “visa a garantir a proteção e o sigilo de dados e materiais produzidos; a preservação dos direitos autorais e do capital intelectual; o estabelecimento de regras e diretrizes para o devido tratamento das situações de conflito de interesses, além de regras de boa conduta e de respeito ao ser humano”.

Código inclui princípios de transparência, governança, responsabilidade social e combate à corrupção

Uso de dados

Questão fulcral em quase todas as dimensões da vida moderna, o uso de dados está presente no Código, onde se destaca que, conforme previsão legal específica, os direitos autorais e os dados, as informações e os materiais produzidos pertencem única e exclusivamente ao Sistema Abrapp, observadas algumas exceções. Esses dados só podem ser utilizados, segundo Figueira, em benefício e no interesse das pessoas jurídicas integrantes do Sistema, restando vedada qualquer utilização para fins de promoção de outras pessoas jurídicas ou naturais.

As informações de propriedade do Sistema Abrapp deverão ser protegidas como forma de garantir a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade, explica o Coordenador do Comitê de Ética. “Não poderão ser divulgadas, em nenhuma hipótese, sem prévia autorização, estudos, metodologias, técnicas, materiais ou modelos desenvolvidos pelo Sistema”, detalha.

Política e corrupção

Nas democracias, todo cidadão possui o direito de manifestar suas preferências políticas. Porém, posturas pessoais não podem ser confundidas com posicionamentos institucionais, tampouco podem representá-los. Essa questão está bem descrita no Código de Ética da Abrapp.

“O Código observa que o Sistema Abrapp não adota posição político-partidária e, sendo assim, os agentes sujei-

tos a ele não se devem valer do cargo, da função ou dos recursos do Sistema para tal finalidade”, enfatiza Mauro Figueira. Esses agentes, em especial os componentes de órgãos estatutários que desejem ser candidatos em processos eleitorais, devem se desvincular previamente.

Corrupção e fraudes diversas, por sua vez, são tratadas com a intolerância que merecem no Código de Ética da Abrapp. “São inaceitáveis quaisquer práticas que envolvam lavagem de dinheiro, ocultação de bens ou utilização de práticas contábeis em desacordo com a legislação ou princípios pertinentes”, registra Figueira.

Em caso de descumprimento, tais agentes serão submetidos a procedimentos de apuração conduzidos pelo Comitê de Ética e a eventuais medidas educativas, corretivas ou punitivas, independentemente de funções ou cargos. “Ações indevidas, antiéticas, ilícitas, não autorizadas ou contrárias ao Código de Ética ou aos demais códigos, políticas e normas do Sistema serão consideradas violações”, alerta o Coordenador, acrescentando ser possível até mesmo à rescisão de contrato ou desligamento, sem prejuízo de eventual instauração de procedimentos judiciais ou administrativos.

Uma só ética

Para Carlos Frederico Rangel de Carvalho Silva, Diretor-Superintendente da Fapes (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) e membro da Comissão de Ética da

Abrapp, “ser ético é obrigação, mas não pode haver dúvida sobre quais diretrizes seguir e o que é considerado ou não aceitável”.

O que Silva quer dizer é que o conceito de ética não pode ser relativizado nem condicionado a opiniões pessoais ou cenários políticos e econômicos, tampouco aplicado de forma diferente aos entes do Sistema. “Independentemente do porte e da estrutura de cada entidade, as regras devem ser claras e factíveis para todos – daí a importância do Código”, assinala.

Em EFPCs que possuem código próprio, como a Fapes, devem ser feitas comparações para que se verifiquem “sinergias” e efetuem-se adaptações, se necessárias. “Na Fapes, por exemplo, temos o Código de Ética e Conduta para Colaboradores, que abrange diretores e conselheiros, e o Código de Ética para Fornecedores. Ambos fazem parte do nosso Programa de Integridade e nos ajudam a ter uma governança corporativa cada vez mais robusta.”

Para o Diretor-Presidente, o Código de Ética do Sistema traz mais segurança não apenas para os dirigentes, mas, principalmente, para participantes e assistidos. “O relacionamento se torna mais transparente e aberto. Sem dúvida, isso também reflete de forma muito positiva na nossa reputação perante o mercado.” ■

Estão previstos procedimentos para detectar ilegalidades, medidas corretivas e disciplinares

Por Paulo Henrique Arantes

UMA CULTURA FORTE CONTRIBUI PARA A REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA E O SUCESSO DO NEGÓCIO

A Walking the Talk é uma empresa global de consultoria especializada no gerenciamento e transformação da cultura organizacional.

Apoiamos empresas em todo o mundo para criar culturas prósperas que impulsionam o engajamento das pessoas, aumentam a produtividade e trazem resultados sustentáveis.



SIGA-NOS:

 Walking the Talk LATAM

 Walking the Talk LATAM

 wttlataam



Com o passar do tempo, seja em resposta às mudanças internas ou externas, as organizações precisam rever os elementos de sua cultura.

Veja como podemos ajudar:



Identificamos os desafios do seu negócio e apoiamos as empresas a escolherem e implantarem a melhor cultura organizacional para viabilizar a sua estratégia.

Possuímos mais de 30 anos de experiência e já apoiamos mais de 250 organizações a melhorarem seus resultados com nossa metodologia, que vem sendo atualizada ao longo dos anos.



DESIGN DE CULTURA

Realizamos um diagnóstico profundo da cultura atual e ajudamos a empresa a escolher a melhor cultura para concretizar sua estratégia. Identificamos as lacunas entre a cultura existente e a desejada para que a empresa tenha uma visão clara das mudanças necessárias.



GERENCIAMENTO DA CULTURA

Nós o ajudamos a desenvolver o Roadmap de Cultura com ações práticas e as melhores métricas para acelerar a implantação da cultura desejada.



LIDERANÇA CULTURAL

Desenvolvemos um programa prático e de alto impacto que ajuda seus líderes a se tornarem exemplos da cultura que sua organização precisa, alinhando a "prática" ao "discurso".



ATIVAÇÃO DA CULTURA

Maximizamos o engajamento de toda a organização na agenda de fortalecimento ou transformação da sua cultura. Capacitamos seu pessoal para liderar, gerenciar e apoiar a cultura, sugerindo ações que sustentarão o processo.

VENHA NOS CONHECER

+55 11 93250 0683
(Whatsapp disponível)

www.walkingthetalk.com/pt-br
hello@walkingthetalk.com



um futuro visível

para Todos

O **Fundo Setorial Abrapp** é a peça que agrega o propósito de levar a Previdência Complementar Fechada ao maior número de pessoas em sua entidade, através da extensão dos benefícios a familiares dos participantes e também a qualquer pessoa jurídica, contribuindo com a poupança de longo prazo e promovendo o futuro de muitos.



Um veículo para as entidades oferecerem seus planos instituídos para os participantes, assistidos e/ou respectivos familiares, sem limitação aos cônjuges e dependentes econômicos.

+Plano Família

+Instituído Corporativo

As novas classes permitem que pessoas físicas e pessoas jurídicas se filiem à Abrapp, mediante indicação de entidade associada, com a finalidade única e exclusiva de acesso ao plano setorial Abrapp.



Saiba mais sobre o Fundo Setorial Abrapp através do QRCode

INCENTIVOS PARA OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Proposta da Abrapp envolve a criação de uma debênture tradicional com garantia do BNDES, indexação à inflação e um prêmio em relação às NTN-Bs de mesma *duration*

A perspectiva por um cenário de juro mais baixo e maior apetite ao risco traz de volta o debate sobre alternativas de investimento na chamada “economia real”, como os projetos e empresas voltados à infraestrutura. Com horizonte de mais longo prazo e riscos específicos, os instrumentos que têm potencial para entrar nesse radar ainda enfrentam uma série de obstáculos para integrar as carteiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs). Tanto que a Abrapp acaba de formalizar proposta ao Governo Federal para criar debêntures de infraestrutura sujeitas a condi-

ções especiais de rentabilidade e segurança, o que deve estimular a participação das fundações nesse mercado.

A sugestão foi encaminhada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), comandado pelo Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, informou o Diretor-Presidente da Abrapp, Jarbas de Biagi, durante o 44º Congresso Brasileiro da Previdência Privada, em outubro. De acordo com Biagi, Alckmin teria assegurado que a proposta seguiu para análise. “Formalizamos o pedido junto ao Governo porque é importante que as entidades invis-

tam na economia real, mas os gestores desses recursos precisam contar com garantias adicionais para investir em infraestrutura, até porque o cenário atual ainda é de juros elevados”, afirma Biagi.

Ativo diferenciado

A proposta envolve a criação de uma debênture tradicional com garantia do BNDES, indexação à inflação e um prêmio em relação às NTN-Bs de mesma *duration*. No entanto, desde a edição da Resolução CMN nº 4661, já há um olhar mais crítico em relação às garantias, quando os ativos de crédito com garantia imobiliária foram classificados no segmento de investimentos imobiliários. A debênture sugerida, que teria risco praticamente federal, deveria ser admitida em categoria específica dentro do segmento de renda fixa.

“A legislação atual não inviabiliza a alocação em papéis desse tipo, mas também não garante a eles nenhum tipo de prioridade em relação a um crédito tradicional”, ressalta a proposta. “O fato de estarmos tratando de um papel longo, com indexação à inflação, certamente fará com que a volatilidade de sua marcação a mercado seja considerável. A fim de viabilizar tais papéis nas carteiras das EFPCs, sobretudo em planos do tipo CD [Contribuição Definida], seria conveniente que uma revisão da Resolução CNPC nº 43 admitisse a possibilidade de marcação na curva”, continua o texto.

Vale lembrar que atualmente não há possibilidade de marcação na curva para crédito, mas entende-se que tal expediente é adequado. “Como esses papéis seriam um tipo destacado de crédito, deveria ser

considerado liberar esse tipo de marcação apenas para eles”, compreende a Abrapp.

Outro aspecto a ser considerado é que a Instrução Normativa nº 33 da Previc traz, para planos do tipo Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV), a possibilidade de que o ganho de marcação dos títulos na curva seja “antecipado” para a formação de superávit ou mitigação de déficit. “Se for feito o ajuste na Resolução CNPC nº 43, os papéis aqui discutidos serão passíveis de marcação na curva e, portanto, o expediente de cômputo do ajuste no balanço, para fins de cálculo do equilíbrio atuarial, também poderia ser utilizado”, enfatiza a proposta. Essa utilização, hoje, é restrita a títulos públicos. Mas um ajuste simples na Instrução Previc nº 33 poderia ampliar essa base e tornar o título ainda mais interessante para planos BD e CV, sugere o texto.

A estimativa é que o tamanho desse mercado, feitos os ajustes sugeridos, seria da ordem de R\$ 300 bilhões. Adicionalmente, a proposta sugere a possibilidade de tornar os títulos pouco atrativos para outros investidores (via imposto e/ou eliminação das garantias), bem como estimular o mercado secundário entre as EFPCs.

Situações específicas

Na avaliação de Guilherme Benites, Sócio da consultoria financeira Aditus, que participou de algumas etapas da elaboração da proposta, o mercado já oferece diversas possibilidades para as EFPCs investirem em infraestrutura, e não são poucas. “Há uma série de instrumentos, incluindo fundos de investimento e as de-

Documento formal
foi encaminhado
ao Vice-Presidente
Geraldo Alckmin,
titular do MDIC

bêntures incentivadas. O fator comum é que são sempre ativos com risco privado”, observa.

A proposta feita pela Abrapp procura mitigar tanto os riscos de mercado quanto os de crédito, e vai na direção correta ao escolher as debêntures como alvo, acredita o consultor. “Em relação à possibilidade de marcar os títulos na curva, porém, entendo que caberia em situações específicas, desde que fique demonstrado que o investidor tem condições de carregar esses papéis até o vencimento sem depender deles para o seu fluxo de caixa”, diz Benites.

Ele reconhece que o assunto ainda demanda muita discussão e avanços dependeriam principalmente de uma análise que envolva, ao mesmo tempo, a marcação na curva alinhada à questão das garantias. “É preciso que essas debêntures tenham a garantia de algum órgão de governo, e o BNDES seria uma possibilidade. Com isso, seria possível mitigar o risco de crédito privado embutido nas operações”, argumenta o especialista.

A questão mais importante, na sua opinião, reside justamente nas garantias. A marcação dos papéis na curva seria um problema menor, principalmente se seguir a mesma régua que a legislação usa hoje para definir a precificação dos títulos públicos nas carteiras dos fundos de pensão.

Risco de execução

Jorge Simino, Diretor de Investimentos da Vivest, explica que a análise de projetos de infraestrutura é tarefa complexa. Afinal, nesse universo há um pouco de tudo. “Não se pode pensar genericamen-

te em investir em infraestrutura. Há uma enorme gama de setores com dinâmicas de negócios muito distintas, o que demanda *expertise* de análise e a contratação de consultorias especializadas”, ressalta.

Embora o arcabouço por trás das decisões de alocação seja o mesmo de qualquer investimento - isto é, retorno potencial, risco associado ao retorno e liquidez - o risco de execução dos projetos é um dos pontos de atenção a serem considerados, avalia Simino. “Mesmo nos projetos pré-existentes, em que as empresas emitem debêntures para financiar sua expansão ou adequar sua dívida, há esse risco de execução, ainda que ele seja menor do que nos projetos que começam do zero”, observa.

Simino relata que há algum tempo a sua entidade recebeu uma oferta que foi recusada porque era de um projeto “monoempresa” e o setor era o de açúcar e álcool, com grande volatilidade de preços e retornos. “Num caso desses, o risco de execução fica ainda mais complicado”, analisa.

Para o Diretor de Investimentos, a ideia de criar debêntures com garantias adicionais deve ser vista com reserva. “É preciso antes de mais nada entender a natureza jurídica dessas garantias e quem vai pagar por elas. Se forem garantias de mercado, é necessário acrescentar o custo do ‘seguro’, afirma.

Similarmente, é imperativo saber se tais garantias estarão implícitas nos títulos, nos projetos, ou se serão bancadas pelo Tesouro. “Se for via BNDES, quem cobrirá os custos? Sem esse detalhamento, é difícil avaliar a viabilidade. Para os fundos

Risco de execução dos projetos deve ser ponto de atenção do investidor

▶▶ INVESTIMENTOS

de pensão, que têm que pagar as aposentadorias das pessoas que fizeram suas contribuições, essas perguntas são fundamentais.”

O dirigente também faz apontamentos sobre as debêntures com marcação na curva. “O título público federal pode ter oscilações de cinco a dez pontos em suas taxas, mas o risco é muito reduzido. Com os títulos privados, porém, há o risco de *default* e de impacto brutal nas cotas”, analisa, citando o caso da Light como exemplo. “Se o investidor compra esses títulos para carregar e de repente acontece um episódio como o da Light, o valor cai brutalmente. Há uma transferência de riqueza muito grande, que é justamente provocada pela marcação na curva”, assinala.

Projeto de Lei

Outro tema discutido por investidores, que figura no Projeto de Lei nº 2.646/2020, é a criação das debêntures de infraestrutura emitidas por concessionárias de serviços públicos. A atual legislação (Lei 12.431/11), relativa às debêntures incentivadas, criou um mercado que hoje é interessante apenas para o investidor pessoa física e para algumas pessoas jurídicas por conta da isenção de Imposto de Renda. “Esse é outro tema relevante porque hoje as EFPCs ficam alijadas desse mercado, uma vez que já têm isenção do imposto. As debêntures incentivadas têm um volume importante de investimentos, mas o seu prazo não combina com o horizonte do investidor pessoa física, que só investe em busca do benefício fiscal”, observa Guilherme Benites, da Aditus.

Benites lembra que atualmente há papéis no mercado com prazo até 2039 que apresentam uma enorme volatilidade. “Não sei se as pessoas físicas analisam o risco de crédito que estão correndo, mas o fato é que essa legislação acaba favorecendo a venda de debêntures para um único tipo de público, que não é o seu investidor natural”, avisa. A aprovação do novo projeto poderá ajudar a adequar melhor os prazos e perfis de investidores, adequando ativos e passivos, opina Benites.

O projeto aprovado em setembro pelo Senado e devolvido para nova discussão na Câmara propõe uma mudança significativa na opinião do Senador Rogério Carvalho (PT-SE), seu relator. Ele defende que enquanto as atuais debêntures incentivadas concedem benefícios para o comprador do título, as debêntures de infraestrutura beneficiarão o emissor da dívida. Desse modo, espera-se que os emissores tenham condição de elevar os prêmios pagos, atraindo novos nichos de investidores.

Setores regulados

A eventual aprovação do PL também poderá ajudar a alongar os prazos das debêntures de infraestrutura, uma vantagem adicional aos benefícios que já existem: alocação em setores fortemente regulados, de maior previsibilidade e não tão cíclicos, acredita Ulisses Nehmi, CEO da Sparta Investimentos. “A perspectiva é positiva, especialmente para as EFPCs, que terão mais incentivo para alocar nesses papéis. O problema é que a renda fixa ainda está muito concentrada em títulos

Projeto de Lei nº 2.646/2020 prevê debêntures que beneficiam emissor da dívida

públicos, mas há alternativas, seja em crédito *high grade* ou *high yield*”, diz Nehmi.

Ele ressalta que no mundo inteiro os fundos de pensão são os grandes financiadores de investimentos com risco controlado e mais longo prazo, e que atualmente as debêntures não incentivadas, que poderiam interessar às EFPCs, não passam de cinco a sete anos. Em contrapartida, nas debêntures incentivadas, que dão benefício fiscal às pessoas físicas, esse prazo chega a 25 anos. “Isso cria uma distorção no mercado. Incentivos fiscais concedidos diretamente aos emissores tendem a atrair empresas maiores ou de setores regulados, com lucros mais altos e risco de crédito potencialmente menor”, afirma Nehmi.

Assimetria

Jorge Simino concorda que a legislação das debêntures incentivadas acabou criando uma assimetria muito grande no mercado porque as EFPCs, que já não pagam IR, ficam de fora. Por outro lado, esses títulos atraíram grandes volumes de pessoas físicas em busca de incentivo fiscal, principalmente no segmento de *private banking*. A situação é problemática porque a demanda por debêntures incentivadas se fortaleceu a ponto de “amassar” as taxas pagas.

Todavia, Simino tem dúvidas sobre até que ponto eventuais mudanças consistiriam num diferencial para atrair recursos dos fundos de pensão. “Se o PL for aprovado, as debêntures de infraestrutura podem ficar mais atrativas para todos os públicos, não só para as EFPCs, o que significa que a lógica por trás dessa assimetria continuará a existir”, argumenta o dirigente.

Debate necessário

Para Fausto Filho, Sócio responsável pela área de Crédito da *XP Asset*, o Projeto de Lei que está em tramitação há mais de três anos não tem sido debatido de modo amplo, como deveria ser.

A estimativa é que o mercado brasileiro de infraestrutura demande bilhões em investimentos nos próximos dez anos, lembra o gestor. Considerando esse potencial e a aprovação do novo PL, esperada para 2024, a aposta é por uma mudança substancial na maneira de levar o investidor do mercado de capitais a olhar para infraestrutura, opina Filho.

Previsibilidade

A alta previsibilidade dos projetos de infraestrutura é ressaltada como um dos apelos desse tipo de alocação, avalia Tulio Machado, Líder da área de Infraestrutura da *XP Asset*. “Trata-se de um papel que tem aderência ao perfil das EFPCs, com debêntures cujas emissões já chegaram a 25 anos e risco/retorno que atende bem às necessidades de bater metas.”

Nesse sentido, Machado destaca o setor de saneamento, em que há grandes projetos em andamento, um deles envolvendo R\$ 19 bilhões só em desembolsos do BNDES. Os setores de transportes (rodovias) e de transmissão de energia são outros destaques desse mercado, que conta agora com um Banco de Desenvolvimento mais ativo. ■

Por **Martha Corazza**

Aprovação do PL pode trazer novo olhar do mercado de capitais sobre a infraestrutura

ICSS



**CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL
DE DESTAQUE EM SEGURIDADE SOCIAL!**

Certificação é com o ICSS!

O Instituto é protagonista e vem qualificando milhares de profissionais do Sistema.

SIGA O LÍDER

está de volta...

Certificação por Experiência

Obter sua certificação por meio da experiência é uma forma diferenciada que reconhece sua aptidão profissional, considerando suas habilidades, conhecimento e dedicação ao longo dos anos, sem a necessidade de provas.

A Certificação por Experiência do ICSS é pioneira e já certificou mais de 7 mil profissionais nesta modalidade!

Uma das maiores plataformas de investimentos do país.

+ de 1,2 MI
de clientes

+ de 170 BI
em ativos

Conheça o Grupo Genial:

Banco Genial

1º assessor do BNDES
em privatizações.

Administração Fiduciária

+ de R\$ 80 bi AuA.
Custódia centralizada.

Corretora

Top 3 em volume negociado no
mercado à vista e contratos futuros.

Asset

+ de R\$ 57 bi AuM

Renda fixa e crédito privado
Plural High Grade FIRF Crédito

Renda variável
Plural Dividendos FIA

Íliquidos e estruturados
Genial Malls FII

Comece a investir
no seu futuro agora.

[CLIQUE AQUI](#)

genial
investimentos

Invista hoje,
Resgate seu futuro.



SUPERVISÃO

BASEADA EM RISCO É

MODERNIZADA MUNDO AFORA

FLÁVIA SILVA

Países que adotaram a abordagem prudencial de forma pioneira já reveem modelos para incluir riscos mais diversos

Vários países dentre os que detêm os maiores e mais desenvolvidos sistemas de Previdência Complementar do mundo vêm atualizando suas abordagens de Supervisão Baseada em Risco (SBR), seja via a ampliação dos riscos sob escrutínio, seja por meio do incremento de ferramentas e estrutura interna das autoridades responsáveis. Canadá, Austrália e Inglaterra, por exemplo, já fizeram ou vêm fazendo movimentações no sentido de renovar sua metodologia a fim de torná-la mais flexível, inclusiva e responsiva em ambientes econômico-financeiros cada vez mais voláteis. Outras prioridades observadas são os investimentos em TI e a capacitação continuada dos colaboradores.

Novos tempos

Em meados de outubro, Peter Rutledge, titular da OSFI - *Office of the Superintendent of Financial Institutions* - órgão regulador e supervisor canadense de bancos, seguradoras e 1.180 planos de pensão sob a fiscalização do governo federal - detalhou os primeiros passos da implantação do novo modelo de Supervisão Baseada em Risco (SBR) a ser adotado pela agência. No âmbito da Previdência Complementar, a autoridade, criada em 1987, cuida de programas que totalizam 1,2 milhão de participantes e CAN\$ 238 bilhões em ativos sob gestão.

O processo de revisão da abordagem teve início em 2021, por meio da iniciativa “Blueprint of Transformation” ou “Projeto de Transformação”, que vem nortear a maior reforma do modelo em 25 anos. As primeiras mudanças entrarão em vigor efetivamente em abril de 2024. “Tomamos medidas céleres e proativas a fim de garantir que os entes supervisionados possam se adaptar às transformações em nosso ambiente de risco, missão que pretendemos manter no ano fiscal 2023/2024”, declarou Rutledge ao apresentar o Relatório Anual da OSFI referente ao exercício anterior.

O titular explica que o sistema financeiro do país já começou a se ajustar a um ambiente de taxas de juros crescentes ocasionado pelo

aumento “acelerado” da inflação, com impactos sobre as organizações. Ele prevê uma maior volatilidade proveniente de fontes identificáveis, a exemplo das mudanças climáticas, que alterarão os fluxos de caixa gerados por determinados tipos de ativos, desencadeando, ocasionalmente, alterações perceptíveis nas avaliações da OSFI e no ambiente econômico canadense. “O clima e a digitalização de serviços representam alguns dos riscos conhecidos e ao mesmo tempo desconhecidos do nosso ambiente operacional. Outras fontes macro de volatilidade surgirão em lugares que ainda não sabemos”, esclarece o executivo.

Diante desse cenário, a Superintendência está construindo um novo sistema de classificação baseado no tamanho, complexidade e potencial de contágio de riscos sistêmicos dos entes fiscalizados, segmentação que, revigorada, buscará refletir o risco de viabilidade individual dentro de uma escala de oito pontos. Para as instituições maiores, serão incorporadas classi-

A OSFI canadense está promovendo a maior reforma de seu modelo de supervisão em 25 anos

ficações para os riscos de negócio, resiliência operacional, financeira e governança de riscos. A nova modelagem não deve alterar os níveis de intervenção da OSFI, embora haja maior probabilidade de as instituições verem o seu “rating” mudar com mais frequência daqui para frente, dado que a metodologia é mais responsiva a riscos e boas práticas.

Internamente, estão sendo estabelecidos objetivos mais específicos e tangíveis, bem como cultivada uma cultura organizacional de “curiosidade” - *curiosity culture* - que amplie a aceitação de diferentes mentalidades num ambiente em que seja seguro agir e ocasionalmente “falhar” em contextos cada vez mais incertos. A cultura da curiosidade permitirá à autoridade transformar etapas do processo de supervisão, além de abandonar ferramentas, técnicas e práticas na medida em que se tornarem obsoletas.

No radar da OSFI estão ainda o fortalecimento e expansão, respectivamente, da capacidade de gestão e apetite de risco, o que viabilizará decisões mais céleres, menor burocracia e maior influência sobre a definição de políticas para o setor. “O fato de sermos um órgão independente ajuda, mas precisamos ser mais enfáticos ao compartilhar perspectivas e exercer autoridade ao mesmo tempo em que demonstramos maior abertura para lidar

com desafios e participar de debates”, reconhece Rutledge.

❖ *Stewardship*

Em sua opinião, mudanças na cultura da OSFI são necessárias para reforçar o princípio de *Stewardship*. “Nossa abordagem atual aplica a gestão de risco em nível individual, por fundo de pensão, enquanto o ambiente macro de risco é considerado apenas na medida em que afeta uma entidade regulamentada.”

O resultado, ressalta Rutledge, é uma profunda sensação de responsabilidade sobre a percepção da magnitude do impacto na confiança pública quando uma entidade falha, ainda que o sucesso ou fracasso de um fundo de pensão dependa, sobretudo, de seus órgãos colegiados. “Precisamos recalibrar a forma como gerenciamos riscos para balancearmos o tratamento individual das instituições e do ambiente macro.”

Isso significa, em última instância, que alguns riscos serão monitorados mais de perto enquanto outros terão uma abordagem menos rigorosa. A agência entende que assim aumentará o seu apetite e tolerância, embora a estratégia também possa resultar em decisões “imperfeitas” baseadas em informações incompletas, complementa o gestor.

“Confiança não é produto de um relacionamento fácil ou difícil. [Ela] se conquista evitando surpresas”

❖ Tratamento de informações

A plataforma de dados, por sua vez, precisa facilitar a pesquisa analítica e a geração de *insights* ao órgão de supervisão, dispensando a requisição de informações adicionais aos entes fiscalizados, continua o Superintendente. Para tal, diz ele, é necessário que os dados se tornem mais utilizáveis, atuais, confiáveis e granulares, o que exigirá avanços na educação digital e na configuração do quadro de colaboradores.

“Aprimoraremos a governança analítica, o que se dará também por meio da criação de um centro de *expertise* e treinamento para as nossas equipes”, destaca Rutledge. A autoridade está desenvolvendo o Instituto de Supervisão, onde os fiscais poderão aperfeiçoar competências, incorporando novas ferramentas, tecnologias e práticas.

A OSFI também entende ser primordial expandir a sua própria gestão de riscos (*Enterprise Risk Management* - ERM), que deve estar integrada a todos os processos

internos a fim de garantir que funcionários, processos e estrutura tecnológica sejam fortalecidos, tornando-se mais resilientes aos riscos que possam surgir.

❖ Julgamento e confiança

O desenvolvimento do “Projeto de Transformação” da autoridade canadense incluiu o estudo das práticas utilizadas por reguladores de outros países. Melhorias contínuas e revisões do modelo devem ocorrer ao menos uma vez a cada cinco anos. Mas a despeito das mudanças em curso, Peter Rutledge salienta que o papel do supervisor segue resguardado. “A nossa abordagem continua sendo baseada em princípios e voltada para o futuro. O julgamento da equipe de fiscalização se mantém como fator-chave.”

Nesse ambiente, ele argumenta que a transparência, quando gerenciada de maneira construtiva, tende a sedimentar a confiança entre a agência e os entes supervisionados. “A confiança não é produto de um relacionamento fácil ou difícil, mas de as pessoas acreditarem no que dizemos. Em outras palavras, confiança se conquista evitando surpresas.”

Em novembro deste ano, *webinars* foram realizados para as instituições regulamentadas com foco especial na alta administração, conselheiros e funcionários das áreas de *compliance*. No pri-

meiro semestre de 2024, outros seminários sobre a nova SBR serão conduzidos junto a todos os *stakeholders*.

Contemporaneidade

Em outubro último, a APRA (*Australian Prudential Regulatory Agency*), responsável pela supervisão de bancos, seguradoras e fundos de pensão - ou *superannuation funds* - como são conhecidos na Austrália, divulgou os números mais recentes do enorme sistema de previdência privada que regula e que totalizava, em junho, AU\$ 3,5 trilhões. Benefícios totais chegaram a AU\$ 102,1 bilhões ao longo do ano anterior, um aumento de 19,6% em comparação a junho de 2022. A taxa de retorno anualizada em cinco exercícios permaneceu em 5,3%.

Na condição de supervisor baseado em riscos responsável por diferentes indústrias, a APRA precisa ter uma estrutura vigorosa para identificar, avaliar e direcionar eficazmente seus recursos. Elemento central desse processo é a metodologia de classificação denominada Modelo de Risco e Intensidade da Supervisão (*Supervision Risk and Intensity Model - SRI*), que veio substituir, em 2021, o Sistema de Classificação de Probabilidade e Impacto (*Probability and Impact Rating System - PAIRS*) e o Sistema de Supervisão e Resposta (*Supervisory Oversight and Response*

System - SOARS), reconhecidos mundialmente e utilizados desde 2002.

O SRI é fortemente baseado na filosofia da APRA de “ser baseada em riscos, voltada para o futuro e focada em resultados”. A modelagem é considerada mais contemporânea e adaptável a mudanças de cenário ao dar maior enfoque aos riscos não financeiros ao mesmo tempo em que confere a necessária relevância à resiliência financeira das organizações.

❖ *Tiering*

O Modelo de Risco e Intensidade da Supervisão possui três componentes principais: Nivelamento (*Tiering*), Avaliação de Riscos (*Risk Assessment*) e “Estágios” (*Staging*). O Nivelamento reflete o impacto potencial gerado por falhas, comportamento imprudente ou interrupções operacionais em dada entidade e seus efeitos sobre a estabilidade financeira, a atividade econômica e o bem-estar da sociedade australiana como um todo.

Em 2021, na Austrália,
a APRA substituiu os
já consagrados sistemas
PAIRS e SOARS
pelo SRI

Tal categorização, distribuída em quatro níveis (impacto sistêmico elevado a nulo), é fundamental para determinar a proporcionalidade e a atenção fiscalizatória necessárias para garantir a identificação adequada dos riscos e ações corretivas posteriores a todos os entes supervisionados. No processo de “*Tiering*” são considerados seis indicadores-chave, sendo o primeiro quantitativo - *market share* (participação no mercado), e os demais dependentes do julgamento do órgão supervisor: tamanho, interconectividade, possibilidade de substituição, complexidade, funções críticas e capacidade de solução de problemas.

A revisão dessa classificação “inicial” costuma acontecer anualmente. Todavia, organizações individuais podem mudar de “*tier*” em momentos distintos de forma a refletir mudanças significativas no seu impacto sobre os diferentes *stakeholders*.

Dentro de um determinado nível, diferentes entidades operam com graus distintos de risco. De acordo com a APRA, a avaliação e o peso dado a cada um dos *tiers*, bem como às principais categorias de risco compõem, juntos, uma análise consistente do perfil geral de risco de cada ente supervisionado.

❖ Avaliação de Riscos

A etapa de *Risk Assessment*, por sua vez, compreende três grupos de categorias de risco: (i) Risco Bruto, ou seja, como o ambiente externo à entidade, o risco de negócios e os resultados obtidos pelos participantes podem afetar seu perfil de risco; (ii) Governança e Gestão de Riscos internos; e (iii) Resiliência Financeira, incluindo-se aí liquidez, solvência e habilidade de absorver choques.

Nos fundos de pensão inseridos nos níveis (*tiers*) 1, 2 e 3, os supervisores avaliam de oito a dez itens principais, de forma segregada, dentro dos três grupos de categorias de risco, além de alguns subitens, a depender da indústria. Para as entidades do nível 4, as avaliações são registradas de forma agregada para cada um dos grupos. Uma característica inerente ao Modelo SRI é ter justamente a flexibilidade para incluir ou não análises mais detalhadas, garantindo, assim, a captura de problemas e riscos emergentes.

A escala de classificação de riscos das entidades após a conclusão das duas primeiras etapas é simples, compreendendo seis possibilidades (A a F). Uma classificação “C” ou inferior indica haver questões ou preocupações que destoam do apetite de risco da APRA.

Estrutura e escala da Previdência Complementar devem sofrer alteração substancial no Reino Unido

❖ *Staging*

A partir daí, o Modelo SRI utiliza uma fórmula - e certo nível de escalonamento - para converter a classificação alfabética em numérica e assim estabelecer um dos cinco “estágios” de supervisão para dada entidade, definindo, assim, a abordagem de fiscalização. Os estágios variam de supervisão de rotina, supervisão intensificada e ação escalada (*escalated action*) à correção formal (*formal remediation*) e dissolução (*resolution*), este último reservado a entidades que deixam de ser consideradas viáveis no presente ou no futuro próximo.

A agência declara que nenhum ente supervisionado deve permanecer indefinidamente nos estágios mais intensos de supervisão; por isso, as estratégias e planos de ação por ela aplicados buscam fazer com que o fundo de pensão sempre retorne ao “Stage 1” (supervisão de rotina). As medidas também procuram sinalizar práticas inadequadas para a indústria,

dissuadindo outras organizações de incorrer em erros similares.

O documento formal que delineia a abordagem SRI australiana possui um capítulo mais voltado para a estruturação interna da autoridade intitulado “Qualidade e Consistência”, que compreende três níveis. O primeiro deles abrange “Fundamentos” básicos para auxiliar os fiscais nas avaliações de risco e planos de ação que, por sua vez, incluem cinco componentes-chave: critérios de avaliação, treinamento, suporte a decisões quantitativas, validação e protocolos de aprovação. O segundo nível de estruturação das atividades supervisoras engloba os “Relatórios” que auxiliam o monitoramento das entidades de maior risco e impacto, bem como mudanças no seu perfil de risco sob o ponto de vista dos investimentos. O terceiro nível faz referência às “Avaliações” *a posteriori* para verificar a eficácia das práticas de supervisão e eventuais alterações, etapa que envolve grupos de discussão e revisões por pares.

Adaptação à Inscrição Automática

Segundo a *Pensions and Lifetime Savings Association* (PSLA) do Reino Unido, Associação que reúne os fundos de pensão do país, a escala e estrutura do setor de Previdência Complementar

devem sofrer alterações substanciais ao longo da próxima década, durante a qual o volume de ativos em planos de Contribuição Definida (CD) pode dobrar, atingindo a marca de £1 trilhão. O patrimônio dos planos gerenciados por entes federativos (*Local Government Pension Schemes - LGPS*) tem previsão de chegar a cerca de £500 bilhões. Já os planos de Benefício Definido (BD) do setor privado devem permanecer no patamar atual de £1,5 trilhão, considerando que a maior parte está fechada a novos entrantes e ao acúmulo de direitos.

Nesse ambiente de riscos em profunda mutação - que começou a ser delineado com a implantação gradual da Inscrição Automática a partir de 2012 - a autoridade de supervisão, denominada *The Pensions Regulator* (TPR), vem adaptando a sua atuação a fim de proteger os participantes e otimizar os resultados da poupança previdenciária. O Planejamento Corporativo do TPR para 2021/2024 já direcionava as atenções da agência ao participante via a priorização de cinco fluxos de trabalho estratégicos, mensurados em relação a *benchmarks* e indicadores de desempenho diversos: segurança, custo-benefício, escrutínio do processo decisório, inovação e regulação ousada e efetiva.

No quesito “segurança”, a autoridade adquiriu novos poderes

para lidar com o risco moral e intensificou o trabalho de mitigação de riscos cibernéticos, além de aumentar a sua capacidade de evitar fraudes e lidar com entidades cada vez maiores em função da tendência de consolidação do mercado.

No item “custo-benefício” incluem-se análises aprofundadas dessa relação, que precisa ser mais holística, considerando, conjuntamente, despesas administrativas, investimentos, serviços e taxas, bem como seus efeitos para o participante, sobretudo em fundos com menos de £100 milhões em ativos (que podem eventualmente até ser fechados).

O processo decisório de conselhos, empregadores e poupadores passou a ser avaliado mais detalhadamente pelo supervisor, que exige transparência das informações, previsão de cenários e provimento de aconselhamento financeiro em paralelo à qualidade e diversidade dos órgãos colegiados, ao tratamento dos riscos climáticos e à elaboração de um código de *funding* para planos BD.

Supervisor britânico (TPR) fixou o compromisso de atualizar continuamente a regulação e sistemas de Tecnologia da Informação

O TPR também introduziu orientações formais sobre a gestão do risco de investimento e os LDI (*Liability Driven Investments*), pelas quais recomenda aos conselhos que administram planos muito alavancados que aprimorem a governança operacional. Nessa e em outras frentes, o regulador, que planeja ainda lançar um Código de Prática Geral para a Tomada de Decisões, que consolida dez documentos anteriores, trabalha em conjunto com o Banco da Inglaterra, a Autoridade de Conduta Financeira (*Financial Conduct Authority - FCA*), governo e sociedade civil.

Na seara da inovação, prioridades incluem o desenvolvimento do painel previdenciário (*Pensions Dashboard*) com informações individuais consolidadas, novos modelos e estruturas para planos de Benefício Definido, como os *superfunds*, e o desenvolvimento da modalidade de CD Coletivo (*Collective Defined Contribution - CDC*).

Dentro do objetivo de se tornar um regulador “ousado e efetivo”, o TPR reforça a atuação em duas áreas-chave: (i) mudanças no arcabouço de supervisão e regulação, e (ii) atualização contínua do seu sistema de Tecnologia da Informação. Mais recentemente, porém, o supervisor expandiu esse conceito, conforme especificado em seu Planejamento Corporativo

2023-2024. No documento, o TPR diz almejar um “papel mutável” face à necessidade de maior flexibilidade e agilidade para lidar com novos e complexos desafios. O propósito levou a agência a cunhar o termo “inovador audacioso” dentro de uma “abordagem regulatória própria”. Para tal, está revisando o *roadmap* da Inscrição Automática e modernizando o sistema de TI a fim de melhorar o compartilhamento de informações, a gestão dos dados e o atendimento ao cliente.

❖ Código de Solvência

O mais recente planejamento estratégico da autoridade deixa claro que conselhos e patrocinadores que não consigam atender às expectativas da supervisão devem “melhorar suas práticas” ou “deixar o mercado”. Outro destaque é o anúncio de um Código de Solvência para Planos BD (*DB Funding Code*), com lançamento previsto para abril de 2024.

O TPR acredita que os conselhos estão gerenciando os programas de Benefício Definido num ambiente econômico turbulento e de crescimento mais lento, inflação alta e taxas de juros em elevação. Embora alguns planos apresentem superávit segundo os padrões regulatórios, com resultado positivo agregado próximo a £295 bilhões em maio, o regulador defende que há muita tomada de risco de inves-

Novo “DB Funding Code” deve trazer mais robustez e flexibilidade aos padrões de solvência

timento e déficits consistentes em diversos outros casos.

O *DB Funding Code* deve introduzir um conjunto mais robusto de padrões de solvência, reforçando a necessidade de redução da dependência de empregadores e patrocinadores à medida que os programas amadurecem. No entanto, são aguardadas provisões que garantam certa flexibilidade aos gestores a fim de que possam adequar os níveis de solvência a circunstâncias individuais. Tanto que TPR enfatizou, ao anunciar o lançamento do Código, que sua publicação não deve ser motivo de preocupação para as partes interessadas.

“Vamos transformar a forma como protegemos a poupança dos participantes de planos BD”, afirma a CEO Nausicaa Delfas, que assumiu o cargo em abril deste ano. Ela explica que o objetivo é garantir que o Código e os canais de comunicação da autoridade tornem os conselhos mais conscientes do que precisam fazer, traçando objetivos de longo prazo adequados. “Nos-

so envolvimento como supervisor será proativo e baseado em riscos”, garante.

Delfas acrescenta que a regulação também mudará, com uma nova abordagem de mão dupla que visa impulsionar tanto os processos e consultas automatizadas do órgão quanto demandas mais “individualizadas” dos planos, juntamente com uma abordagem tecnológica aprimorada para o tratamento de dados que auxilie no monitoramento dos riscos de solvência.

❖ Diretoria de Dados

Até 2024, o TPR planeja estabelecer e integrar à sua estrutura uma Diretoria Digital, de Dados e Tecnologia (*Digital, Data and Technology Directorate* - DDaT).

“Com a nova Diretoria, poderemos capturar, gerenciar e analisar uma variedade de dados, fazendo uso eficaz dessa análise para aprimorar nosso trabalho, facilitar a comunicação e promover o cumprimento de obrigações por parte de consultores, conselhos, empregadores e gestores”, detalha a titular da agência.

No médio prazo, Nausicaa Delfas vislumbra uma agência de regulação e supervisão com “plena capacidade digital e orientada por dados”. “Nosso principal objetivo é otimizar a entrega operacional”, resume. ■



infinite**mente**

Portfólio completo de cursos para profissionais que buscam adquirir infinitos conhecimentos!

A UniAbrapp traz diversas modalidades de treinamentos que alinham as suas necessidades de aprendizado a um diversificado repertório de temas e especialistas!

Aqui, você aprende na prática, de forma fácil e leve.

CONHEÇA NOSSAS SOLUÇÕES EDUCACIONAIS!

MBA

Oferecido em parceria com instituições acadêmicas de renome e reconhecidas pela qualidade em cursos de MBA, promove a formação de líderes transformadores.

CURSOS RÁPIDOS

Cursos rápidos direcionados para assuntos estratégicos e temas pontuais, nas categorias Update Class e Special Class.

TRILHAS DO CONHECIMENTO

Cursos de curta duração (entre 08 e 16 horas) que contemplam desenvolvimento e aprimoramento profissional voltados à atuação no segmento da Previdência Complementar Fechada.

PROGRAMAS ESPECIAIS

Cursos de média duração que contemplam públicos específicos e conhecimentos direcionados às competências e atividades de atuação.

CURSOS EAD (GRAVADOS)

Você faz seu ritmo! Aulas gravadas, que trazem uma gestão de aprendizagem com conteúdo sequencial e autoinstrucional.

IN COMPANY

O programa customizado oferece flexibilidade para atender demandas específicas, permitindo a adaptação de horário e, principalmente, direcionamento de conteúdo ao público e as necessidades vividas pela organização.

UniAds

#EDUCAÇÃOFINANCEIRA



@previdenciacoisadejovem

O PCJ é um projeto da UniAbrapp/ Abrapp que ganhou espaço nas redes sociais, com o objetivo de criar uma cultura de cuidado com o futuro através da educação financeira e previdenciária.

saiba mais ▶

as melhores soluções são as que vem de dentro do sistema para o

SISTEMA

Descubra a verdadeira inovação em sua EFPC com os parceiros estratégicos da Conecta



PUBLICIDADE E
BRANDING



ATLAS
GOVERNANCE

GOVERNANÇA
CORPORATIVA

 **contraktor**

GESTÃO DE DOCUMENTOS
E ASSINATURAS
ELETRÔNICAS

COMPLI
ASSET

COMPLIANCE

 **comdinheiro**
Netologica

ANÁLISE MERCADO
DE AÇÕES

 **PFM**
CONSULTORIA E SISTEMAS

GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNOS



A AGENDA DE FOMENTO AOS OLHOS DAS EFPCs DE GRANDE PORTE

Presidentes das maiores entidades do País enumeram medidas importantes para o crescimento. Educação Previdenciária é vista como principal catalizador

Com a perspectiva de duplicação do número de pessoas com 60 anos ou mais dentro dos próximos 25 anos, a velocidade do processo de envelhecimento da população brasileira, aliada à queda na renda das famílias (90% delas vivem com até cinco salários mínimos mensais), torna o debate sobre a formação de poupança previdenciária um desafio cada vez maior. Realidade essa que exige uma discussão mais profunda sobre as medidas de fomento capazes de estimular o sistema de Previdência Complementar.

A análise é de Henrique Jagër, Presidente da Petros, que enfatiza o papel fundamental do Estado para atender às demandas relativas ao fomento. Entre as várias questões que dependem de uma definição do governo, ele cita a inscrição automática. “Essa é uma medida que pode contribuir para inverter a lógica de adesão do trabalhador aos planos de previdência e fazê-lo perceber melhor as suas vantagens”, observa.

Outro aspecto importante seria a atualização das Leis Complementares nº 108 e 109, criadas no final do século passado, bem como a tributação dos planos. “Há no horizonte a questão de a opção pelo regime tributário progressivo ou regressivo não ser mais feita obrigatoriamente no momento da adesão. Até onde sabemos, isso já estaria na mesa do Presidente.” Jagër ressalta ainda a relevância do empoderamento da Previc e da recente criação de Grupo de Trabalho para formular uma proposta de mudança no arcabouço legal do sistema.

Aproximação equivocada

O dirigente considera que foi um equívoco tentar aproximar o arcabouço jurídico da Previdência Complementar Fechada ao modelo da Previdência Aberta. Um dos problemas, segundo o Presidente da Petros, teria sido a forma de marcação dos ativos, com a marcação na curva substituída pela marcação a mercado. “Os planos VGBL e PGBl não chegam nem perto do grau de previsibilidade que há nos planos de Contribuição Definida, Contribuição Variável e Benefício Definido”, argumenta. A solução, acredita, seria permitir que as EFPCs adotassem o modelo de marcação de ativos de

acordo com o seu passivo. “O mais importante é saber se a entidade poderá levar os títulos até o vencimento, a depender do que define o seu ALM”, aponta.

Equacionamento e imóveis

Há ainda a necessidade de discutir aspectos ligados ao equacionamento de déficits atuariais dos planos, uma vez que fatores conjunturais influenciam os resultados. “O modelo atual avançou ao sair da estrutura que considerava o período de três anos consecutivos de déficit, mas ainda é preciso resolver a questão dos componentes conjunturais que afetam os resultados”, diz Jagër.

A revisão da Resolução CMN nº 4994, relativa aos investimentos dos fundos de pensão, é igualmente relevante para o fomento do sistema, avalia o executivo, em especial no que diz respeito às regras para investimento direto em imóveis. “O tratamento dado às EFPCs acabou por equipará-las a bancos, que não podem ter imóveis. Isso gerou um problema porque as carteiras imobiliárias são importantes para a diversificação.” Ademais, a definição de uma data-limite (2030) para que se desfaçam de carteiras de imóveis físicos, se mantida, poderá gerar prejuízos, uma vez que o mercado tenderá a reduzir preços à medida que a data final se aproximar, analisa Jagër.

Competitividade

Se essas iniciativas forem encaminhadas, a Previdência Complementar como um todo ficará mais competitiva, diz ele. “Isso se torna ainda mais importante quando consideramos que o governo tem tomado medidas para fazer com que a eco-

“O tratamento dado às EFPCs acabou por equipará-las a bancos, que não podem ter imóveis”

nomia brasileira volte a crescer”, lembra. A Petrobras, patrocinadora da Petros, por exemplo, deve acelerar seu ritmo de crescimento nos próximos anos, incluindo-se aí a vinda de novos trabalhadores. Porém, sem o instrumento da inscrição automática, será mais difícil buscar essas pessoas.

No último concurso público da Petrobras, realizado este ano, o nível de adesão foi de 90%. “É um percentual elevado, mas se houvesse a inscrição automática, acredito que chegaríamos a 100%”, avalia o dirigente. Em sua opinião, as grandes fundações tendem a viver uma onda de novos participantes, agora por meio de planos CD e CV.

Tipos de planos

A Petros chegou a ter 30 planos de benefícios instituídos, mas hoje esse número foi reduzido para dez. “Quando entrei na entidade pela primeira vez, em 2015, a ordem era retirar todos os instituídos porque havia a preocupação de o Conselho Deliberativo não internalizar uma série de questões”, explica Jagër. Para contornar esse e outros problemas, é preciso, portanto, contar com uma definição clara de custeio, ter um público-alvo e níveis contributivos mínimos. “A previdência não é coisa barata. Os planos devem ser sustentáveis para evitar que o trabalhador fique frustrado dentro de 30 anos, na hora de sua aposentadoria.”

A fundação pretende definir, em 2024, no âmbito de seu plano quinquenal, se volta ou não com os instituídos e se irá criar um plano família. “Por enquanto, a decisão é ficar apenas com os patrocinados. No próximo ano vamos discutir qual

é a Petros que queremos ser dentro de cinco ou dez anos.” Hoje a EFPC mantém 38 planos, sendo 25 CD (dez instituídos e 15 patrocinados); três planos CV e dez planos BD.

Universidade

A aproximação com participantes e assistidos por meio de novas ferramentas de tecnologia é a base das iniciativas de fomento que a entidade passou a desenvolver. Nesse sentido, acaba de ser criado o programa “Petros Mais Perto de Você”. Além disso, o objetivo é retomar o atendimento presencial e “aplicar um choque de transparência à prestação de informações”, diz Jagër.

A EFPC já utiliza a Inteligência Artificial em diversos setores, mas nunca desenvolveu uma política de IA. “Estamos mapeando o assunto agora e procurando avaliar as consequências da falta de uma política específica para isso.” Ao mesmo tempo, a Petros quer entender o impacto das novas tecnologias e como isso se traduzirá num relacionamento mais eficiente. “A linguagem será um fator de indução do conhecimento, capaz de tornar o relacionamento com o participante mais atraente e até mesmo lúdico”, pondera o Presidente.

Também está em curso a instalação da Universidade Petros, voltada aos públicos interno e externo. “Os petroleiros não estão tão próximos da tecnologia quanto os trabalhadores do setor bancário, por exemplo, daí a nossa preocupação em fornecer conhecimento e melhorar o acesso dessas pessoas aos novos instrumentos disponíveis”, conclui Henrique Jagër.

Competitividade do setor adquire relevância em meio à retomada da economia

“O marketing da previdência está na educação financeira das pessoas”

Condições de oferta

Na opinião de Edecio Brasil, Diretor-Superintendente da Valia, o censo de 2022, que mostra o ritmo acelerado de envelhecimento da população, foi um “tapa na cara dado muito mais rápido do que se imaginava”. Para ele, a proporção de quem contribui e de quem recebe pensões e aposentadorias mostra que o modelo atual de previdência oficial está condenado. “O pilar da Previdência Fechada é o único a ter experiência e compromisso com o pagamento de benefícios e com o casamento entre ativos e passivos”, afirma. As EFPCs, portanto, têm a responsabilidade de ir a campo buscar o fomento. Democratizar o acesso aos planos e a informações sobre a qualidade da gestão e da governança é o que vai fazer toda a diferença daqui para a frente, acredita o dirigente.

Os planos patrocinados com características BD acabaram por criar um receio junto a alguns patrocinadores por conta de problemas de descasamento entre ativos e passivos, acrescenta Brasil. “Mas o mercado hoje tem condições de oferecer produtos como os planos instituídos, aliás, a modalidade que mais tem crescido na Valia. São 8.700 participantes em quatro anos de plano família”, diz.

Tributação

E para que o fomento seja efetivo, é preciso melhorar a questão do IR para pessoas que utilizam a declaração simplificada ou não declaram, eliminar a obrigatoriedade de escolha do regime regressivo ou progressivo no momento da adesão, e viabilizar a inscrição automática. Nesse último “quesito”, opina o gestor,

o desafio é vender o processo burocrático da regulação. “Do lado do participante não há problemas, até porque no setor público isso já funciona bem.”

Outro aspecto importante a ser considerado na agenda do fomento é o segmento de rendas vitalícias, ainda pouco desenvolvido no Brasil. “Aqui as seguradoras não gostam de correr riscos. É preciso estimular esse mercado e criar condições de respeito ao contrato de longo prazo.”

Tecnologia

A nova realidade tecnológica preocupa, segundo o Diretor-Presidente da Valia, porque transformações nessa área exigem muito investimento, tema ligado à discussão do uso dos recursos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) pelas entidades.

Nessa linha, existe também uma escassez de fornecedores de tecnologia específica para as EFPCs, diz Brasil. “Hoje, na área de sistemas operacionais, há apenas duas empresas, que têm muita dificuldade para nos atender. É preciso organizar iniciativas conjuntas, capitaneadas pela Abrapp, que nos permitam desenvolver fornecedores”, afirma. Outra opção seria buscar essas soluções dentro de casa, por meio de *pools* entre fundações.

Informação

A educação é vista pelo dirigente como aspecto-chave do fomento. “O marketing da previdência está na educação financeira das pessoas. Ninguém renuncia voluntariamente ao consumo em troca de fazer poupança de longo prazo.” Para isso, porém, é preciso ter condições de planejamento e visão de futuro.

Na Valia já existe um programa denso de educação financeira que atinge apenas o público da entidade, além do “Projeto Abertura”, integrado pelo plano família. “Mas temos a obrigação moral de atingir um público mais amplo”, assinala Brasil, acrescentando que a intenção é abrir gradualmente a entidade para os terceirizados.

Etarismo e comunicação

João Luiz Fukunaga, Presidente da Previ, destaca a necessidade de reformular a visão das entidades sobre os associados, passando a enxergá-los em sua integralidade. “A Previ lançou um desafio sobre o etarismo porque é preciso olhar para as pessoas como um todo no envelhecimento e ajudá-las a planejar o futuro.” A partir dessa diretriz, a EFPC tem realizado estudos junto às comunidades e hospitais que atendem idosos.

A proximidade com o público-alvo via comunicação garante transparência e maior desenvolvimento, mas o objetivo é ir além, diz Fukunaga, interagindo também com entidades representativas, como a Anapar, e patrocinadores, “o que nos dá acesso aos locais de trabalho”, explica. Com isso, a Previ espera avançar na divulgação de suas iniciativas e cursos de previdência. “Temos o papel social de orientar e estar presentes para os associados”, afirma o dirigente. Em paralelo, a fundação tem discutido internamente como aumentar o número de EFPCs e procurado incentivar esse debate junto às empresas em que mantém participação. A Previ também criou uma Gerência Executiva para estimular inovações, com várias tecnologias utilizadas para acompanhar a vida dos participantes.

“Na área de iniciativas conjuntas, a maior novidade será acabar com a opção de tributação no momento da adesão, permitindo que os associados façam um planejamento melhor. Abrapp e a Anapar têm nos ajudado na Câmara”, informa Fukunaga.

A revisão das regras e práticas que impactam as EFPCs é outro ponto essencial para o fomento do sistema, acredita. “É importante que a Previc exerça uma função fiscalizadora e não policialesca. A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) tem um papel importante nesse relacionamento porque não basta punir as entidades, é preciso melhorar a regulação.”

Capilaridade

A capilaridade da Caixa Econômica é um trunfo importante que permite à Funcef trabalhar uma comunicação mais assertiva junto a seus participantes, afirma o Presidente Ricardo Pontes, que vê a educação financeira como um grande desafio. “A Caixa pode ir até 12% de contribuição previdenciária, mas 50% das pessoas estão abaixo disso, com percentuais de 5% a 7%, perdendo, assim, uma grande oportunidade de investimento.”

A educação previdenciária também pode ser utilizada na busca por novos participantes via planos instituídos, acredita o dirigente. Levar a informação correta a quem precisa, promovendo a transparência, é primordial ao crescimento. Como fazer isso é questão importante que se apresenta à governança das entidades, opina Pontes. ■

Por **Martha Corazza**

Entidades precisam reavaliar o olhar sobre o associado, enxergando-o em sua integralidade

- ✓ INTEGRADO
- ✓ SEMPRE ATUALIZADO
- ✓ ALTA SEGURANÇA
- ✓ FÁCIL DE USAR

UM

ERP

QUE

FUNCIIONA?

 maps +  Data A

TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA APLICADAS À PREVIDÊNCIA

MAIS PARA A PREVIDÊNCIA, JUNTOS

A **MAPS**, referência em tecnologia especializada para o mercado financeiro, soma seus 30 anos de inovação aos 24 anos de expertise da **DATA A**, para criar um novo padrão de excelência e ampliar os horizontes de negócios das EFPCs.

Unimos o melhor dos dois mundos para oferecer o **Fênix** – a mais completa e poderosa **solução de gestão previdenciária** do país.

Contando com a flexibilidade dos módulos individuais e com a robustez do sistema integrado, disponíveis *em nuvem*, a solução também inclui: atendimento de qualidade, agilidade, facilidade, conhecimento técnico e segurança, essenciais para alavancar o sucesso das Entidades.

E quando o assunto é gestão de riscos operacionais, conte com o **HARPA**: um sistema harmônico que calcula o valor financeiro (R\$) do risco com seu algoritmo proprietário.

DIFERENCIAIS:

- Metodologia *dogfooding*: usamos o que ofertamos;
- Atendimento humanizado feito pela equipe de BPO Data A (NPS 69);
- Códigos estabilizados (testados e validados pelo próprio uso);
- Especificações e homologações feitas por analistas previdenciários, de governança, contadores e atuários;
- Investimos na facilidade de uso usabilidade/UX/UI;
- Alta segurança (Pentests, LGPD e Res. CVM 4.893 por exemplo).

ÁREAS DATA A:
TECNOLOGIA + BPO & GOVERNANÇA +
ATUARIAL + CONTABILIDADE



FÊNIX

ERP completo e integrado



SISTEMA ELEITORAL

On-line para EFPCs



HARPA

Gestão de riscos



ÁREA DO PARTICIPANTE

Foco na experiência do seu usuário



↑ ESCANEIE PARA
+ SOLUÇÕES EFPC.

CONHEÇA AO MENOS 28 CLIENTES QUE JÁ ATENDEMOS:

DATA A

PETROS

banesprev

maisfuturo

prevcom MG

FUSAN

JUSPREV

curitibaprev

ICATU

PREVIGM

Prev PARANÁ

Portobello

FUNDAÇÃO COPEL

Previndus

PreviCel

MAPS

Blackstone

BNDES

btgpactua

C6 BANK

CAIXA

citibank

J.P.Morgan

HSBC

bradesco

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BlackRock

ny bank

Sicredi

xp investimentos

maps + Data A

TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA APLICADAS À PREVIDÊNCIA

+55 (48) 99945-7546

(48) 3234-4435

comercial@dataa.com.br

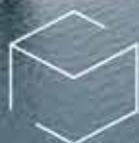
📍 São Paulo 📍 Florianópolis 📍 Porto Alegre

📍 Rio de Janeiro 📍 Nova Iorque 📍 Lisboa

Com independência e transparência, a Marsche busca pelos melhores gestores e produtos para os clientes.

Temos como objetivo levar aos investidores institucionais as melhores gestoras, atuando nos processos de apresentação do produto, relacionamento e atendimento.

A Marsche é a ponte para as melhores oportunidades!



MARSCHÉ

www.marscheinvest.com.br

OS CUIDADOS NO PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA EM PLANOS CD

Benefícios mais baixos da Previdência Social e acumulação insuficiente em contas individuais podem acarretar empobrecimento de gerações futuras

PAULO HENRIQUE ARANTES

Onde estão os riscos dos planos de Contribuição Definida (CD)? A questão é paradoxal pois, se por um lado não incidem riscos atuariais sobre essa modalidade, o participante pode decepcionar-se ao se aposentar, quando vir que acumulou menos do que almejava. Segundo Giancarlo Germany, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), o risco de decepção com relação ao nível de benefício futuro é relevante e pode ser impactado por diversas variáveis.

“O aumento de expectativa de vida, por exemplo, pode gerar desequilíbrios em planos de Benefício Definido (BD) e em planos CD”,

alerta Germany. Ou seja, uma realidade de longevidade maior que a projetada pode levar à extinção dos recursos ou a uma redução do nível do benefício, dado o tempo adicional de vida do participante. Nos planos BD, o risco financeiro – relacionado com o não alcance de metas de rentabilidade – pode gerar déficits técnicos, cuja recomposição é proporcional entre participantes e patrocinadores. Porém, nos planos CD, acumulações abaixo do esperado são absorvidas integralmente pelo participante.

Cabe às entidades um trabalho de informação junto aos participantes de planos de Contribuição Definida. De acordo com Raphael Bar-

▶▶ PLANOS CD

celos de Faria, Gerente de Atuária da Braslight e Secretário Executivo do Colégio de Coordenadores da Comissão Técnica de Planos Previdenciários da Abrapp, é fundamental que a EFPC esteja atenta à formação de reserva individual. “Muitas consultorias atuariais e algumas áreas internas de entidades já estão preocupadas com isso”, constata.

Fundações têm promovido campanhas para estimular o aumento dos níveis contributivos ou encorajar contribuições extras dos participantes visando à formação de reserva adicional. A regra é evitar frustração no futuro. “Muitos planos estão estruturados num nível de benefício que não projeta 100% do último salário na aposentadoria. O plano CD depende do montante acumulado”, adverte Faria.

O desafio de entregar uma renda futura adequada ao padrão de renda atingido na ativa, em planos CD, é encarado em diversos países como relevante. “Esse desafio não é uma característica só dos planos brasileiros”, destaca Giancarlo Germany. A experiência internacional mostra que educação financeira e o uso de ferramentas/simuladores são essenciais para minimizar riscos de redução de renda.

Amplitude econômica

Germany pondera, de outra parte, que a redução dos níveis gerais dos benefícios pagos pela Previdência Social, complementados pe-

las rendas geradas nos planos CD, poderá significar uma geração futura com menor nível de renda em geral. E uma população empobrecida muitas vezes tem menos acesso a educação e oportunidades, o que pode resultar em menor produtividade econômica e crescimento mais lento do País. “A pobreza pode se tornar um ciclo intergeracional, onde a falta de oportunidades e acesso a recursos é transmitida de uma geração para a seguinte”, nota o Vice-Presidente do IBA.

Diante disso, é fundamental que se pense a Previdência Complementar como possuidora de grande amplitude econômica, tanto do ponto de vista individual quanto em termos de nação. Eis a advertência de Germany: “Pensar nos planos de Contribuição Definida apenas como acumuladores de recursos, sem auxiliar na preparação dos indivíduos para os riscos futuros, pode ter um impacto incalculável sobre as próximas gerações”.

Raphael Faria, da Braslight, lembra que no plano CD, diferentemente da Previdência Social, não vigora o princípio do mutualismo, ou seja, o valor do benefício e sustentação do seu pagamento é de responsabilidade exclusiva do participante, daí a necessidade de essa pessoa deter uma boa dose de conhecimento financeiro.

Isso não significa, contudo, que o participante esteja sozinho em sua jornada. As EFPCs mos-

tram-se, em regra, preparadas para ajudá-lo. “Um empregado poderia fazer alocações financeiras conforme imaginasse. Porém, os técnicos das entidades possuem *expertise* e conseguem obter ganhos de escala”, observa Faria.

Foco no equilíbrio

“Riscos Atuariais com Foco no Equilíbrio dos Planos de Benefícios” é o nome de um estudo preparado pela Abrapp em 2018, mas que permanece absolutamente atual e afeito ao tema desta reportagem. Segundo Faria, que coordenou o referido trabalho, o mesmo ficou concentrado “em conceitos perenes e nos pilares do segmento”. A atualidade do estudo segue resguardada porque a única referência normativa feita dentro da obra é histórica e não de base conceitual. “Eu arriscaria dizer que daqui a uns 30 anos ele ainda será atual”, aposta.

O *e-book*, já em 2018, alertava para o fato de que os participantes, que podem possuir diferentes perfis, devem ser informados sobre os riscos do plano CD e orientados sobre como lidar com eles. Tal qual Giancarlo Germany, o estudo da Abrapp enfatiza que os programas de Contribuição Definida ou Contribuição Variável estão sujeitos às oscilações nas hipóteses demográficas e econômicas escolhidas, que podem implicar em aumento ou redução na taxa de contribuição dentro do custeio do plano. ■

**Navegue pelo
ciclo de vida
dos planos
previdenciários
oferecidos por
sua empresa,**
atuando como
parceiro estratégico
para elevar a
experiência dos
colaboradores.

A Mercer está pronta para te apoiar na construção de um futuro promissor para carreira, previdência, investimentos e saúde em sua organização.

www.mercer.com.br



Investimentos
mudam o mundo.
É nisso que
acreditamos.

Nossos números

Patrimônio sob gestão

US\$ **564.5** Bilhões

Presença global

18 Países

Escritórios

55

INFRAESTRUTURA COMO FONTE DE GERAÇÃO DE VALOR NO LONGO PRAZO

Aware Super, terceiro maior fundo de pensão australiano, é referência em investimentos diretos - e sustentáveis - em infraestrutura

Os fundos de pensão australianos de grande porte estão cada vez mais focados nos mercados internacional e privado de infraestrutura na medida em que se confirmam as perspectivas de crescimento para os ativos. O movimento é puxado pela elevação dos índices domésticos de emprego e o aumento da *Superannuation Guarantee* (SG), ou aporte patronal, que vem sendo ajustado em 0,5% anualmente. O percentual, que partiu de 9% em 2002 para os atuais 11%, chegará a 12% da renda bruta do participante até 2026. Somente o *Aware Super*, terceiro maior *superannuation fund* do país, em julho tinha AU\$ 160 bilhões sob

▶▶ INVESTIMENTOS

gestão e projeção de crescer mais AU\$ 100 bi até 2027. Com patrimônio considerável, não surpreende o fato de o mercado doméstico já parecer saturado para as entidades de grande porte, que buscam outros países para investir sem perder de vista o longo prazo e os padrões Ambientais, Sociais e de Governança (ASG).

Segundo Michael Winchester, *Head* de Estratégia de Investimentos do *Aware Super*, o fundo de pensão com 1,2 milhão de participantes procura, por meio da diversificação, atingir retornos acima do Índice de Preços ao Consumidor levando em conta períodos de dez anos. O foco no longo prazo é um dos cinco princípios de investimento da entidade, cujo entendimento é de que horizontes mais amplos permitem transações diferenciadas e a entrada precoce em ativos e mercados.

Na análise de Winchester, o trimestre encerrado em setembro foi de muita volatilidade, culminando num período de desempenho moderado e por vezes negativo para os investimentos do *Aware Super*. Todavia, ele frisa que variações de curto prazo são normais e que o importante é ter paciência. “Indicadores econômicos mais fracos na China afetaram negativamente o desempenho das ações e moeda australianas no período”, diz. Há sinais de que a inflação pode começar a ceder, mas

isso não significa que as taxas de juros seguirão o mesmo caminho, conforme já sinalizado por alguns Bancos Centrais. “Em compensação, a rentabilidade dos títulos de longo prazo subiu, atingindo níveis antes observados apenas em 2007”, pondera o especialista.

O fundo de pensão tem como segundo princípio de investimento promover uma estrutura robusta de governança e a atribuição clara de responsabilidades, o que ajuda a criar uma cultura positiva que contribui para retornos mais elevados. O terceiro princípio compreende a geração de valor via a combinação de diversas abordagens. A alocação de ativos é fator-chave para o desempenho, entende a entidade, que aposta na gestão ativa para melhorar a equação risco-retorno.

Winchester relata que o perfil de investimento denominado “Alto Crescimento”, que constitui a opção padrão para participantes com menos de 55 anos, gerou retorno de 11,7% no ano até 30 de setembro. A rentabilidade média anualizada foi de 8,5% na última década. O perfil

O fundo de 1,2 milhão de participantes procura retornos acima do IPC levando em conta períodos de dez anos

“Conservador Balanceado”, opção padrão para os já aposentados, cresceu 8,2% e 6,6% nos respectivos períodos de referência. “Ambos os perfis figuram entre as nossas melhores *performances* no longo prazo. Lembrando que cerca de 40% da renda de aposentadoria que provemos advêm da receita dos investimentos”, ressalta o gestor.

ASG

No *Aware Super* também prevalece a ideia de que ser um detentor de ativos responsável agrega valor, proposta que constitui o quarto princípio de investimento. Há a compreensão de que uma boa gestão de riscos, incluindo aqueles relacionados aos fatores Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), associada a investimentos diversificados, garante mais oportunidades de retorno. E ao obter resultados mais sustentáveis, cria-se um círculo virtuoso entre os mercados de capitais e a comunidade.

Damian Graham, *Chief Investment Officer* do “super fundo”, observa que a equipe tem um *pipeline* consistente de investimentos sustentáveis e que todas as oportunidades são cuidadosamente analisadas. Apenas no último ano, detalha o CIO, foram aportados mais de 1 bilhão de dólares australianos em energias renováveis e tecnologias de baixo carbono como parte do compromisso de enfrentar as mudanças climáticas e apoiar a

inovação. “Também direcionamos montantes significativos a investimentos em moradias acessíveis para trabalhadores de setores essenciais em Sydney, Melbourne e Perth”, acrescenta.

Menor custo

O quinto princípio de investimento do *Aware Super* diz respeito aos ganhos de escala e seu uso para reduzir custos e ampliar o leque de oportunidades de investimento. Para dar suporte a isso, o fundo de pensão aposta na gestão interna e direta dos ativos.

Damian Graham afirma que o investimento direto é mais eficaz em termos de custos, apesar de trazer complexidade. “Acreditamos que o que estamos fazendo beneficia o participante devido à economia gerada com o pagamento de gestores de fundos e taxas de *performance*.”

O CIO acrescenta que a entidade está interessada em aprofundar relacionamentos com outros fundos globais para coinvestir a fim de expandir o portfólio de ativos. “Queremos ampliar essa abordagem porque a parceria com grandes fundos tem sido realmente útil para nos dar acesso a boas oportunidades e gerar escala”, diz.

Equipe interna

Há, de fato, uma tendência entre os diversos “super fundos” da Austrália, como o *AustralianSuper*

Para reduzir custos,
o *Aware Super*
aposta na gestão
interna e direta
dos ativos

e o QIC, de investir direta e globalmente em infraestrutura por meio de equipes próprias cada vez mais robustas. Tanto que o planejamento do *Aware Super* é ampliar o time de investimentos para cerca de 200 profissionais até 2027, em linha com o crescimento dos ativos, de forma a ser possível gerenciar internamente pelo menos metade de toda a carteira nos próximos três anos.

O incremento da equipe inclui a realocação do CIO adjunto e *Head of International*, Damien Webb, para um escritório em Londres ainda em 2023, estrutura que contará inicialmente com dez a doze colaboradores, podendo chegar a 40 pessoas no próximo triênio, projeta a entidade. Esses profissionais têm como missão aumentar a exposição global e os investimentos em *private equity*, imóveis e infraestrutura no Reino Unido, Europa e América do Norte. Também foram criados dois novos cargos sênior na sede australiana: um *Chief Operating Officer* de Investimentos (*COO for Investments*) e um Chefe de Ges-

tão de Portfólio (*Head of Portfolio Management*) para tocar os segmentos de *Private Equity*, imóveis, infraestrutura e ações listadas.

Webb considera a abertura do primeiro escritório do fundo fora da Austrália como o mais recente exemplo da estratégia de expansão internacional do *Aware Super*, iniciativa que reconhece os investimentos em infraestrutura não listada como prioridade para a entidade daqui para frente. Na visão do CIO, o segmento tem grande apelo ao conjugar boas oportunidades de crescimento para os ativos, características defensivas e fluxos de renda corrigidos pela inflação.

A carteira de infraestrutura do terceiro maior *superannuation fund* australiano totaliza hoje cerca de AU\$ 15 bilhões, com aproximadamente AU\$ 10 bilhões investidos na Austrália e o restante na Europa e América do Norte, diz Mark Hector, *Head* de Infraestrutura. O portfólio deve crescer cerca US\$ 10 bilhões nos próximos cinco anos, estima o gestor. “Mas isso não significa que tudo se traduzirá em investimentos adicionais. A valorização dos ativos responderá por parte desse montante”, explica. E ainda que o *Aware Super* planeje investir mais internacionalmente, a Austrália continuará a ser o seu principal foco, mercado esse que vem recebendo investimentos em infraestrutura do fundo há mais de 30 anos.

▶▶ INVESTIMENTOS

Build-to-Rent (BTR)

A entidade já é líder australiana em investimentos diretos em “Build-to-Rent” (BTR) - ou seja, em imóveis (sobretudo moradias) para aluguel. Recentemente, expandiu sua presença global ao adquirir 22% da *Get Living*, empresa britânica pioneira no setor de construção e administração de residências. Com isso, passou a ter como sócios a gestora de ativos previdenciários holandesa APG e o DOOR - veículo de investimento do segmento residencial que tem como investidores a *Oxford Properties*, a concessionária e distribuidora de energia elétrica canadense Alectra e a multinacional de serviços financeiros Allianz - cada qual com participação de 39%.

Fundada em 2013 para operar 1.500 propriedades na antiga Vila Olímpica de Stratford, no Reino Unido, a *Get Living* administra atualmente um portfólio de cerca de £3 bilhões composto por 4.000 residências em operação, um *pipeline* já confirmado de 6.500 moradias em Londres e Manchester, além de outros 6.500 imóveis em fase final de construção em quatro localidades diversas na Escócia e na Inglaterra. O setor de construção para aluguel de grande escala britânico deve totalizar £170 bilhões até 2032, atingindo um número projetado de 380 mil residências - quatro vezes maior que o atual.

Além da empresa *Get Living*, a entidade tem participações na construtora de imóveis para aluguel espanhola Vivenio e na gestora de hotéis e imóveis holandesa City ID. Outros investimentos europeus incluem a distribuidora de água britânica *Kemble Water Finance*, o *Forth Ports Group*, um dos maiores operadores de portos do Reino Unido, e o aeroporto de Heathrow, líder europeu em tráfego de pessoas, próximo a Londres.

Na Austrália, o *Aware Super* lançou, em setembro de 2022, o programa *Aware Real Estate* com o intuito de aportar AU\$ 7 bilhões em ativos em cinco anos e gerenciar ativamente o portfólio australiano de propriedades residenciais, industriais e de uso misto. O super fundo já comprometeu AU\$ 1,5 bilhão com sua carteira de imóveis residenciais, devendo finalizar 1.250 unidades habitacionais com preços acessíveis até 2025.

Infraestrutura digital

O *Head* de Infraestrutura do *Aware Super*, Mark Hector, assinala que a infraestrutura energética

e digital também são prioridades para o fundo de pensão. Na Austrália, a entidade se uniu ao braço de Infraestrutura e Ativos Reais da gestora Macquarie para adquirir uma participação de 50% no *Vocus Group*, que oferece serviços de telecomunicação.

O *Superannuation fund* também já fez sua primeira incursão no setor de *data centers*, investindo US\$ 500 milhões (AU\$ 746 milhões) numa participação na Switch, plataforma de *data centers* dos EUA que funciona com 100% de energia renovável, constituindo um dos portfólios especializados de maior crescimento e qualidade da indústria. Mark Hector destaca que o ativo registrou zero inatividade em seus mais de 20 anos de operação.

Atualmente, a Switch possui 16 *data centers* distribuídos em cinco *campi* com capacidade instalada de 500MW. “Desde 2016, a empresa zerou emissões de escopo 1 e 2, característica que combinada a inovações patenteadas de *design*, geração de energia, refrigeração e densidade, resulta em eficiências operacionais de ponta”, assinala o gestor.

Energia renovável

No setor de transição energética, os ativos do *Aware Super* estão diversificados em diferentes empresas, como a Intera e a Tilt, na Austrália, e a Terragen nos EUA, todas especializadas em fontes de energias renováveis. O fundo ga-

A entidade é líder
australiana em
investimentos diretos em
imóveis para aluguel,
o “Build-to-Rent” (BTR)

nhou exposição aos ativos de energia eólica e solar da *Tilt Renewables* e seu extenso *pipeline* de projetos ao aumentar significativamente a sua participação no PowAR, um veículo criado para facilitar e incentivar a geração de energia renovável na Austrália.

O PowAR é líder no setor, possuindo, atualmente, 1.300 MW de capacidade operacional em nove ativos de energia eólica e solar, além de mais de 3.500 MW de capacidade em desenvolvimento. Tais ativos estão espalhados por praticamente todas as regiões australianas. A expectativa é que grandes *players* como esse venham a desempenhar um papel significativo na criação dos 50 GW em novas fontes de energia renovável de baixo custo necessários para substituir os combustíveis fósseis na Austrália até 2040.

Outros investimentos do *Aware Super* no setor de energias renováveis abrangem aproximadamente AU\$ 268 milhões em títulos verdes como o KFW (AU\$ 20 milhões), que financia projetos de energia eólica em terra e mar, incluindo painéis fotovoltaicos, energia hidrelétrica, biogás, redes de distribuição e usinas para o armazenamento de calor e energia. Já o título verde da QTC, que recebeu aporte de AU\$ 50 milhões, financia projetos como fazendas de energia solar no mar e sistemas de transporte sobre trilhos (*Gold Coast*

No mercado de *commodities*, a plataforma Xpansiv oferece diversos serviços, além de operar no mercado de carbono e de alocação de água

Light Rail). Mais recentemente, o fundo de pensão anunciou uma parceria de AU\$ 300 milhões com a *Birdwood Energy* para financiar projetos de distribuição de energia renovável, investimento que tem crescimento projetado para AU\$ 2 bilhões.

O *Aware Super* acredita que os investimentos em projetos de menor escala ajudam a diversificar o portfólio energético renovável, ampliando-o. “Pouco investidores institucionais investem em energia porque a escala dos projetos individuais é limitada. Por isso, criamos uma plataforma para que possamos investir, agregar e gerenciar esses ativos de forma mais eficiente”, afirma o Gestor de Carteira de Infraestrutura e Ativos Reais, Jired Zhou. O foco são projetos menores, com capacidade entre 30 e 100 MW.

Plataforma de *commodities*

Em janeiro de 2023, o super fundo também aumentou a sua

participação acionária na Xpansiv, principal plataforma de infraestrutura do mercado de *commodities* ambientais, que fornece tecnologia integrada e redes de distribuição que sustentam todo o setor. A empresa oferece uma ampla gama de serviços - registros, negociações, gestão de portfólio e dados de mercado - além de operar o CBL, maior mercado global de carbono, e o H2OX, uma importante Bolsa de transações de alocação de água.

O capital investido pelo *Aware Super* e outros investidores institucionais será usado para financiar a aquisição da *Evolution Markets Inc.*, um dos principais provedores de serviços de *trade* e consultoria em mercados globais de carbono, energia renovável e transição energética. O investimento do *Aware Super* mira a crescente demanda gerada por empresas em busca do cumprimento de compromissos de neutralidade de carbono, redução de custos e melhora dos indicadores ASG.

Prevê-se que os mercados internacionais voluntários de carbono cresçam dos atuais US\$ 1,5 bilhão para US\$ 50 bilhões até 2030 e US\$ 1,5 trilhão até 2050. Tais mercados, avaliam analistas, têm o potencial de reduzir os custos globais de redução de emissões em 50% até 2050. ■

Por Flávia Silva

Conhecimento técnico e tecnologia fazem a PFM **entregar as melhores soluções** a seus clientes.

- ▶ **Assessoria em Gestão de Riscos Corporativos**
- ▶ **Consultoria para assuntos especializados em Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance**
- ▶ **Sistemas de Gerenciamento de Informações**

Há 26 anos entregando excelência e confiança!

POLO CAPITAL

Há 20 anos cuidando do seu dinheiro como se fosse o nosso.



R\$3.5BI
Sob gestão



Mais de 20 ANOS
de mercado



**DOIS TIPOS DE
ESTRATÉGIAS:**
Ações e Crédito



Equipe formada por
41 PROFISSIONAIS



“Se escolher navegar os mares do sistema bancário, construa seu banco como construiria seu barco: sólido para enfrentar, com segurança, qualquer tempestade.”

Jacob Safra (1891 – 1963)



Para enfrentar o mar bravo dos investimentos, você escolheria **um banco experiente ou alguém novo nesse mar?**

Invista como um especialista.
Invista Safra.



Safra

QUEM SABE, SAFRA.

Central de Atendimento Safra: 55 11 3253 4455 (Capital e Grande São Paulo) 0300 105 1234 (Demais localidades), de 2º a 6º feira, das 8h às 21h30, exceto feriados. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) / Proteção de Dados 0800 772 5755, 24 horas por dia. Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala 0800 772 4136, de 2º a 6º, das 9h às 18h, exceto feriado. Ouvidoria, caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito(a): 0800-770-1236, de 2º a 6º, das 9h às 18h, exceto feriados. Acesse www.safra.com.br

DESTAQUES - SETEMBRO/23

O terceiro trimestre encerrou com os ativos das EFPCs acima de R\$ 1,2 trilhão. A rentabilidade da carteira consolidada das EFPCs acumulou 7,97% no ano, superando a TJP (6,41%). A Renda Fixa teve retorno de 0,40% no mês e a alocação neste segmento representou 80,5% dos recursos. Na Renda Variável, a rentabilidade foi de 1,97%, o melhor retorno dentre os segmentos em setembro e a alocação de 11,7% de recursos. O déficit líquido do sistema totaliza R\$ 16,1 bilhões até setembro. Os ativos dos planos instituídos superaram a marca de R\$ 19,7 bilhões no mês e já contam com mais de 721 mil participantes. No mesmo período, os planos dos servidores totalizaram mais de R\$ 15,6 bilhões em ativos.

MERCADO - SETEMBRO/23

O Ibovespa, registrou um avanço pequeno de 0,71%, em relação ao mês de agosto, aos 116.565 pontos. Enquanto o S&P 500 uma queda de -4,87% em relação ao mês anterior. O dólar fechou o mês de setembro com uma valorização de 1,74% em relação a agosto. No segmento de títulos públicos, o IMA-B 5 teve uma ligeira alta de 0,13%, enquanto o IMA-B 5+ registrou uma queda de -1,92% em comparação com o mês de agosto. Ambos os índices, que estão atrelados à inflação, apresentam retorno positivo no acumulado do ano, com altas de 8,89% e 12,08%, respectivamente. As taxas dos contratos dos DIs, no fechamento do último pregão de setembro para vencimentos em um, cinco e dez anos atingiram os valores de 11,03%, 11,27% e 11,71%, respectivamente. Em contraste, no último dia útil de agosto, as taxas estavam em 10,95%, 10,74% e 11,22%. No encerramento do ano de 2022, as taxas eram de 13,41%, 12,62% e 12,61%, respectivamente.

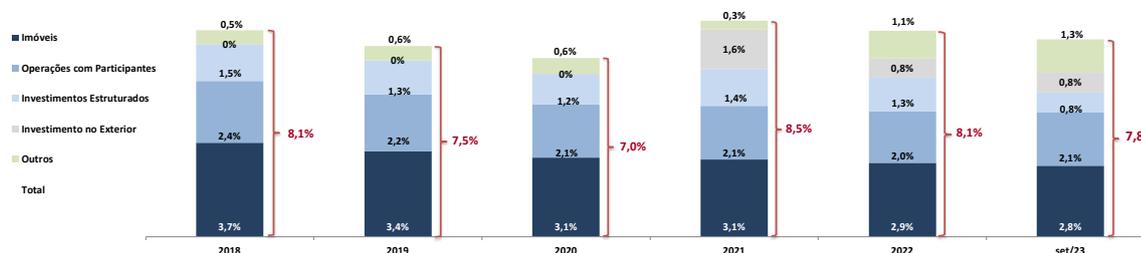
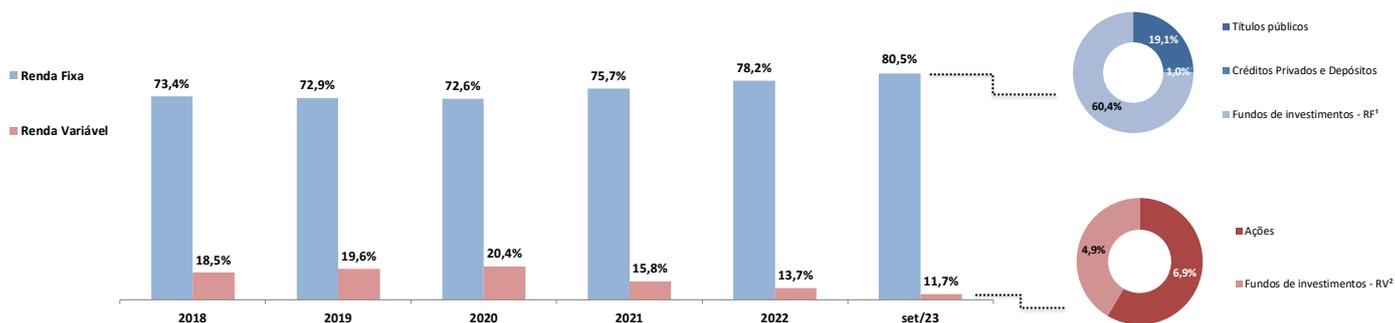
I. CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE APLICAÇÃO

(R\$ milhões)

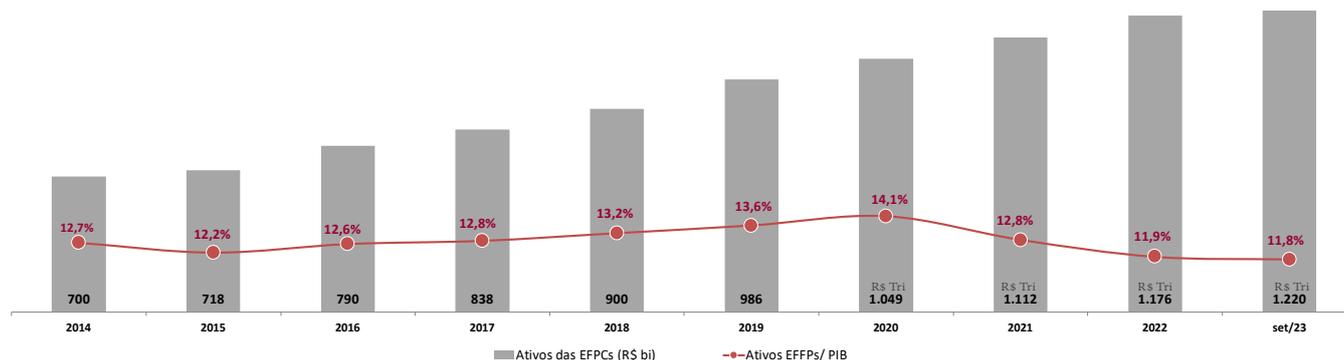
Discriminação	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	set/23	%
Renda Fixa	546.624	72,4%	592.605	73,6%	635.029	73,4%	692.048	72,9%	733.960	72,6%	783.131	75,7%	859.584	78,2%	920.407	80,5%
Títulos públicos	131.273	17,4%	142.564	17,7%	155.420	18,0%	157.503	16,6%	155.595	15,4%	173.537	16,8%	212.221	19,3%	218.379	19,1%
Créditos Privados e Depósitos	23.843	3,2%	21.341	2,7%	17.897	2,1%	19.063	2,0%	18.982	1,9%	16.531	1,6%	13.675	1,2%	11.763	1,0%
Fundos de investimentos - RF ¹	391.508	51,8%	428.700	53,3%	461.712	53,4%	515.482	54,3%	559.383	55,3%	593.063	57,3%	633.688	57,6%	690.265	60,4%
Renda Variável	137.014	18,1%	142.703	17,7%	159.742	18,5%	186.531	19,6%	206.259	20,4%	163.260	15,8%	150.773	13,7%	134.246	11,7%
Ações	71.536	9,5%	66.706	8,3%	62.999	7,3%	74.668	7,9%	75.478	7,5%	87.319	8,5%	86.000	7,8%	78.518	6,9%
Fundos de investimentos - RV ²	65.478	8,7%	75.997	9,4%	96.743	11,2%	111.862	11,8%	130.781	12,9%	75.941	7,3%	64.772	5,9%	55.728	4,9%
Investimentos Estruturados	16.574	2,2%	13.116	1,6%	12.613	1,5%	12.756	1,3%	12.282	1,2%	14.910	1,4%	14.423	1,3%	9.053	0,8%
Investimento no Exterior	ND		ND		ND		ND		ND		16.402	1,6%	8.308	0,8%	9.244	0,8%
Imóveis	32.485	4,3%	31.740	3,9%	32.100	3,7%	32.061	3,4%	31.525	3,1%	31.558	3,1%	32.001	2,9%	32.111	2,8%
Operações com participantes	19.969	2,6%	20.105	2,5%	21.019	2,4%	21.220	2,2%	21.175	2,1%	21.707	2,1%	22.519	2,0%	23.815	2,1%
Empréstimo a Participantes	18.546	2,5%	18.746	2,3%	19.632	2,3%	19.882	2,1%	19.855	2,0%	20.285	2,0%	20.951	1,9%	22.103	1,9%
Financiamento imobiliário	1.424	0,2%	1.360	0,2%	1.387	0,2%	1.338	0,1%	1.320	0,1%	1.421	0,1%	1.568	0,1%	1.712	0,1%
Outros ³	2.429	0,3%	4.535	0,6%	4.688	0,5%	5.336	0,6%	6.161	0,6%	3.464	0,3%	12.052	1,1%	14.799	1,3%
Total	755.096	100,0%	804.803	100,0%	865.191	100,0%	949.953	100,0%	1.011.362	100,0%	1.034.431	100,0%	1.099.659	100,0%	1.143.675	100,0%

Notas: ¹ Inclui Renda Fixa, Fundo de índice de referência Renda Fixa (ETF), Multimercado e FIDC; ² Inclui Ações, Fundo de índice referenciado em ações (ETF) e Fama (Fundo de Investimento ações em mercado de acesso); ³ Outros, Empréstimos de cotas de fundos, Derivativos, Depósitos Judiciais/Recursais, Recursos a receber- Precatórios e Outros realizáveis.

II. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS POR TIPO DE INVESTIMENTO



III. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS* X PERCENTUAL DO PIB



Fonte: IBGE/ABRAPP

O ativo representa o disponível + realizável + permanente

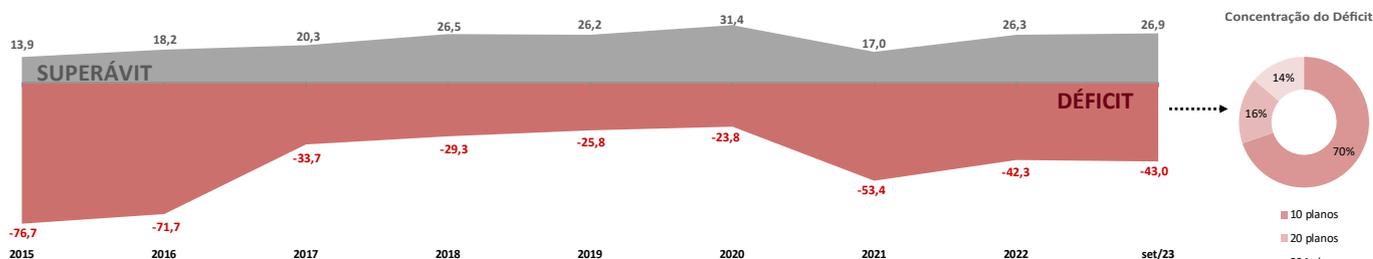
PIB referente ao III, IV Trim/2022 e I, II trim/2023

* Valor estimado

IV. EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT E DÉFICIT DAS EFPCs (acumulado)

(R\$ bilhões)

	Superávit									Déficit								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	set/23	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	set/23
Qtde EFPCs	127	138	141	139	139	119	108	122	137	92	80	77	78	70	84	112	103	99
Qtde Planos	398	438	437	415	384	361	296	317	370	239	205	193	199	168	223	280	251	234



V. COMPARATIVO REGIONAL

Regional*	Quantidade de Entidades**	%	Investimento (R\$ milhões)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Centro-Norte	33	13,6%	205.278	17,9%	907.725	30,9%	678.452	17,0%	170.378	19,3%
Leste-Sudeste	57	23,6%	567.742	49,6%	519.180	17,6%	1.328.325	33,3%	393.978	44,7%
Nordeste	21	8,7%	29.279	2,6%	37.993	1,3%	99.781	2,5%	35.560	4,0%
Sudoeste	91	37,6%	263.181	23,0%	1.064.984	36,2%	1.284.890	32,2%	208.548	23,7%
Sul	40	16,5%	78.194	6,8%	411.772	14,0%	602.458	15,1%	73.061	8,3%
Total	242	100,0%	1.143.675	100,0%	2.941.654	100,0%	3.993.906	100,0%	881.525	100,0%

* Composição Regional: Centro-Norte - RO, AM, RR, AP, GO, DF, AC, MA, MT, MS, PA, PI e TO. Leste - MG. Nordeste - AL, BA, CE, PB, PE, RN e SE. Sudeste - RJ e ES. Sudoeste - SP. Sul - PR, SC e RS.

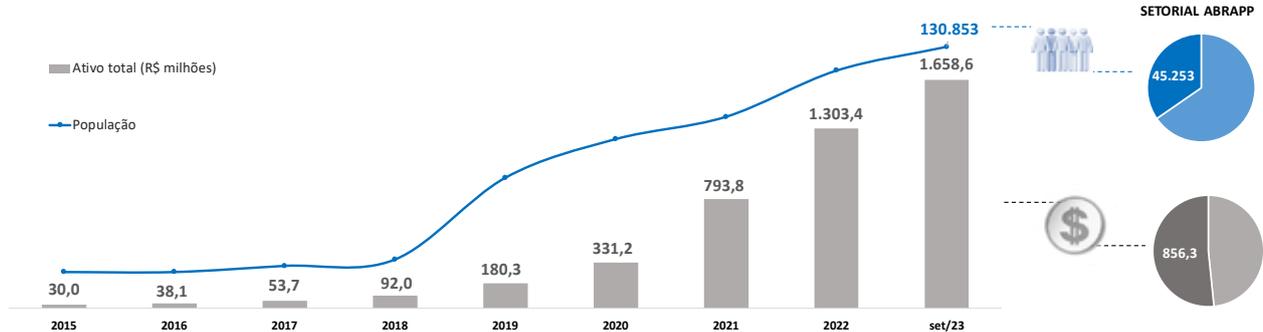
** EFPCs da amostra / Obs.: Qtde de EFPCs ativas por região de acordo com Estatística Trimestral (jun/23) - PREVIC - Centro-Norte = 33, Leste = 16, Nordeste = 23, Sudeste = 47, Sudoeste = 107 e Sul = 51 -> (Total = 277)

VI. COMPARATIVO POR TIPO DE PATROCÍNIO

Patrocínio	Quantidade de Entidades*	%	Investimento (R\$ milhões)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Instituidor	15	6,2%	12.761	1,1%	362.449	12,3%	568.722	14,2%	12.126	1,4%
Privado	145	59,9%	414.850	36,3%	1.774.009	60,3%	2.037.495	51,0%	355.477	40,3%
Público	82	33,9%	716.064	62,6%	805.196	27,4%	1.387.689	34,7%	513.922	58,3%
Total	242	100,0%	1.143.675	100,0%	2.941.654	100,0%	3.993.906	100,0%	881.525	100,0%

* EFPCs da amostra / Obs.: Qtde de EFPCs ativas por tipo de Patrocínio de acordo com Estatística Trimestral (jun/23) - PREVIC: Instituidor = 21, Privado = 173 e Público = 83 -> (Total = 277).

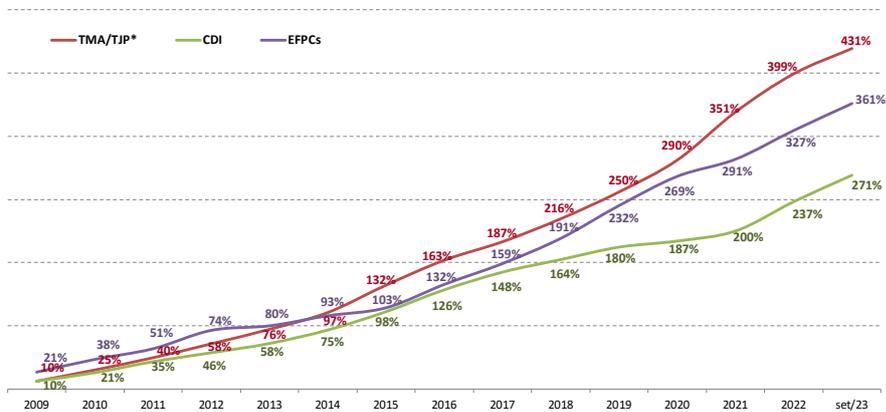
VII. EVOLUÇÃO DOS PLANOS FAMÍLIA E SETORIAL ABRAPP



Dados de população ref. dez/22

VIII. RENTABILIDADE ESTIMADA

Período	CDI	IMA Geral	IBOVESPA	TMA/TJP*	EFPCs
2009	9,88%	12,90%	82,66%	10,36%	21,50%
2010	9,77%	12,98%	1,04%	12,85%	13,26%
2011	11,58%	13,65%	-18,11%	12,44%	9,80%
2012	8,40%	17,72%	7,40%	12,57%	15,37%
2013	8,06%	-1,42%	-15,50%	11,63%	3,28%
2014	10,82%	12,36%	-2,91%	12,07%	7,07%
2015	13,26%	9,32%	-13,31%	17,55%	5,22%
2016	14,01%	20,99%	38,94%	13,60%	14,56%
2017	9,93%	12,82%	26,86%	8,86%	11,36%
2018	6,42%	10,05%	15,03%	10,14%	12,30%
2019	5,96%	12,81%	31,58%	10,73%	14,24%
2020	2,76%	5,34%	2,92%	11,53%	11,13%
2021	4,42%	0,97%	-11,93%	15,59%	5,88%
2022	12,39%	9,65%	4,69%	10,71%	9,31%
set/23	0,97%	0,18%	0,71%	0,49%	0,57%
2023	9,92%	10,59%	6,22%	6,41%	7,97%
12 meses	13,44%	12,50%	5,93%	9,25%	9,85%
Acumulado	270,70%	351,59%	210,44%	431,10%	361,03%
Acumulado anualizado	9,29%	10,76%	7,98%	11,99%	10,92%



Fonte: ABRAPP / BACEN / IPEADATA

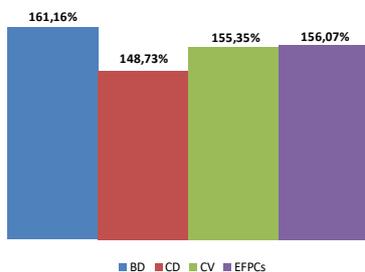
* TJP- Taxa de Juros Padrão (INPC + taxa de juros parâmetro de 4,61% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 363 de 27/04/2023); (INPC + taxa de juros parâmetro de 4,66% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 373 de 27/04/2022); (INPC + taxa de juros parâmetro de 4,66% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 228 de 20/04/2021); (INPC + taxa de juros parâmetro de 5,75% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 292 de 08/04/2020); (INPC + taxa de juros parâmetro de 5,84% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 300 de 12/04/2019); (INPC + limite superior de 6,39% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 363 de 26/04/2018); (INPC + limite superior de 6,66% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 375 de 17/04/2017); (INPC + limite superior de 6,59% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 186 de 28/04/2016); (INPC + limite superior de 5,65% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a IN nº 19/2015 e Portaria PREVIC nº 197 de 14/04/2015 até dez/2015); TMA - Taxa Máxima Atuarial (até dez/2014) - de acordo com as premissas previstas na Resolução CNPC nº 9 de 29/11/2012.

IX. ALOCAÇÃO DA CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE PLANO*

Segmento	Benefício Definido			Contribuição Definida			Contribuição Variável		
	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento
Renda Fixa	487.214	76,4%	53,6%	150.732	90,8%	16,6%	270.474	85,1%	29,8%
Renda Variável	88.406	13,9%	70,5%	9.835	5,9%	7,8%	27.120	8,5%	21,6%
Investimentos Estruturados	4.804	0,8%	53,4%	1.131	0,7%	12,6%	3.066	1,0%	34,1%
Investimento no Exterior	3.077	0,5%	36,4%	1.602	1,0%	18,9%	3.780	1,2%	44,7%
Imóveis	28.294	4,4%	88,4%	562	0,3%	1,8%	3.149	1,0%	9,8%
Operações com participantes	13.203	2,1%	55,4%	1.676	1,0%	7,0%	8.937	2,8%	37,5%
Outros	12.990	2,0%	87,8%	543	0,3%	3,7%	1.255	0,4%	8,5%
Total	637.989	100,0%	56,9%	166.083	100,0%	14,8%	317.780	100,0%	28,3%

* São considerados os investimentos dos Planos Previdenciais.

X. RENTABILIDADE ESTIMADA POR TIPO DE PLANO



Período	Benefício Definido	Contribuição Definida	Contribuição Variável	EFPCs
2014	6,15%	10,22%	8,78%	7,07%
2015	3,15%	10,69%	9,32%	5,22%
2016	14,10%	16,40%	15,23%	14,56%
2017	11,68%	11,95%	10,36%	11,36%
2018	13,72%	8,72%	10,54%	12,30%
2019	14,72%	12,66%	14,08%	14,24%
2020	14,11%	5,14%	7,50%	11,13%
2021	7,02%	2,76%	4,82%	5,88%
2022	9,56%	8,75%	9,08%	9,31%
set/23	0,72%	0,43%	0,33%	0,57%
2023	7,25%	8,70%	8,92%	7,97%
Acumulado	161,16%	148,73%	155,35%	156,07%

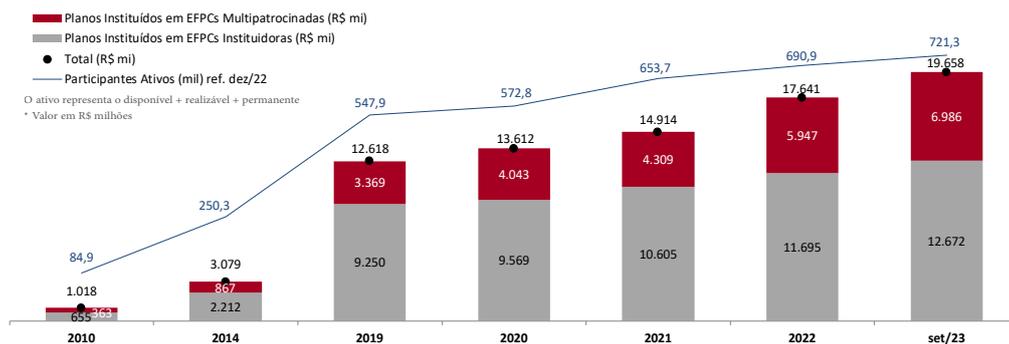
XI. RANKING DOS 15 MAIORES PLANOS

BENEFÍCIO DEFINIDO				CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA			
	Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)		Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)
1	PLANO DE BENEFÍCIOS 1	PREVI	226.757.841	1	PLANO ITAUBANCO CD	FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	10.966.285
2	REG/REPLAN	FUNCEF	65.234.229	2	PLANO EXECUTIVO FEDERAL	FUNPRESP-EXE	7.349.367
3	PPSP	PETROS	46.064.972	3	PLANO DE BENEFÍCIOS VISÃO	VISÃO PREV	6.119.754
4	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	REAL GRANDEZA	15.694.646	4	PLANO PREV. DO SISTEMA UNICRED	QUANTA - PREVIDÊNCIA	5.481.228
5	PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS	FAPES	15.267.341	5	PLANO CD DA IBM BRASIL	FUNDAÇÃO IBM	5.122.701
6	PLANO DE BENEFÍCIOS DA SISTEL	SISTEL	13.283.150	6	SISTEL - ASSISTENCIAL	SISTEL	4.990.893
7	PLANO V	BANESPREV	12.828.346	7	PLANO DE APOSENTADORIA	EMBRAER PREV	4.570.205
8	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	VALIA	11.813.755	8	PLANO DE BENEFÍCIOS VEXTY	VEXTY	4.185.481
9	PLANO PETROS DO SIST.PETROBRAS	PETROS	11.667.030	9	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	GERDAU PREVIDÊNCIA	3.681.790
10	PLANO DE APOSENTADORIA	FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	9.660.362	10	PLANO PETROS - 3	PETROS	3.648.329
11	PSAP/ELETROPAULO	VIVEST	8.772.471	11	PAI-CD	FUNDAÇÃO ITAÚSA	3.266.113
12	PLANO BANESPREV II	BANESPREV	7.779.249	12	PLANO DE BENEFÍCIOS 01-B	PREVINORTE	3.208.104
13	PLANO UNIFICADO DE BD	FUNDAÇÃO COPEL	6.921.772	13	PLANO UNILEVERPREV	UNILEVERPREV	3.093.604
14	PLANO A	FORLUZ	6.566.212	14	PLANO DE BENEFÍCIOS CEEEPREV	FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA	3.076.874
15	PLANO DE BENEFÍCIOS I	FUNBEP	6.479.116	15	PLANO DE BENEFÍCIOS	FUNPRESP-JUD	2.929.147

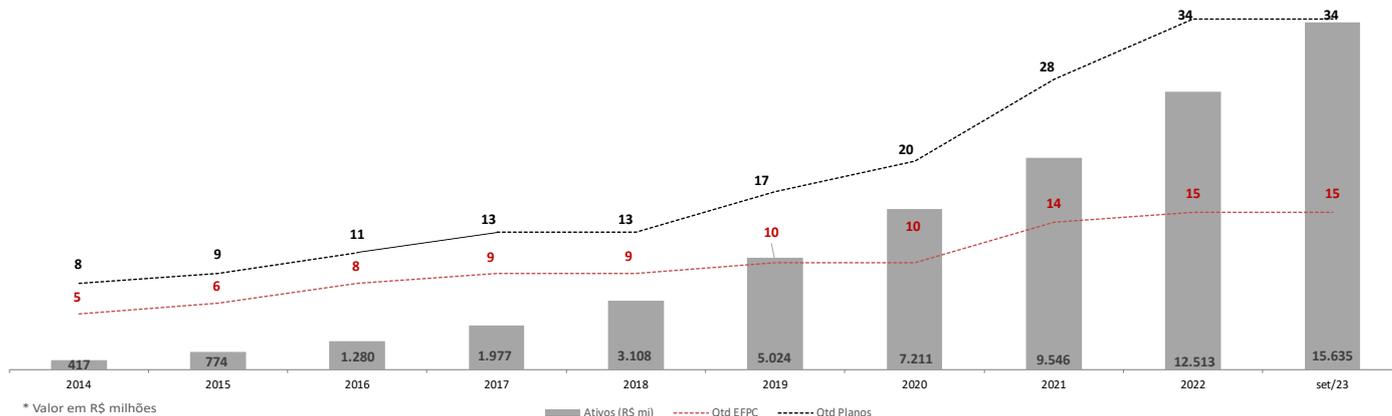
CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL				INSTITUÍDOS			
	Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)		Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)
1	PLANO DO SISTEMA PETROBRAS	PETROS	41.130.221	1	PLANO DO SISTEMA UNICRED	QUANTA - PREVIDÊNCIA	5.481.228
2	NOVO PLANO	FUNCEF	32.088.386	2	PLANO VIVA DE PREV. E PECÚLIO	FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA	2.208.442
3	PLANO DE BENEFÍCIOS 2	PREVI	29.923.647	3	SICOOB MULTI INSTITUÍDO	SICOOB PREVI	2.193.225
4	PLANO DE BENEFÍCIOS VALE MAIS	VALIA	13.748.635	4	PLANO DE PREVIDÊNCIA UNIMED-BH	MULTICOOP	1.752.100
5	PLANO B	FORLUZ	13.359.437	5	PLANO PREVER	OABPREV-SP	1.266.445
6	PLANO POSTALPREV	POSTALIS	8.504.088	6	PBPA	OABPREV-PR	712.991
7	PLANO DE BENEFÍCIOS PREV. III	FUNDAÇÃO COPEL	6.541.367	7	PLANO ANAPARPREV	FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA	590.585
8	PPCPFL	VIVEST	6.419.705	8	PLANJUS	JUSPREV	507.891
9	PLANO TELEMARPREV	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	6.136.606	9	PLANO DE BENEFÍCIOS TECNOPREV	BB PREVIDÊNCIA	367.949
10	PLANO TELOS CV I	TELOS	6.082.228	10	PBPA	OABPREV-MG	348.287
11	PLANO DE APOSENTADORIA	PREVI-GM	5.085.138	11	PLANO DE BENEF. PREVIDENCIÁRIOS	QUANTA - PREVIDÊNCIA	341.614
12	PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO	SERPROS	5.004.948	12	PLANO SETORIAL PREVI FAMÍLIA	PREVI	316.521
13	PLANO DE BENEFÍCIOS TCSPREV	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	4.830.215	13	PLANO DE PREV. DO COOPERADO	MULTICOOP	278.004
14	PLANO DE APOSENTADORIA	SANTANDERPREVI	4.775.105	14	PBPA	OABPREV-SC	276.621
15	PLANO CV DA PATROCINADORA	FUNDAÇÃO REFER	3.986.623	15	PLANO DE BENEF. SETORIAL +VALOR	VALUEPREV	214.312

XII. EVOLUÇÃO DOS PLANOS INSTITUÍDOS*

	Em EFPC Instituidoras (Qtde)	Em EFPC Multipatrocinadas (Qtde)
2010	18	28
2013	22	34
2017	22	37
2018	23	38
2019	22	37
2020	23	48
2021	24	62
2022	23	66
set/23	23	63

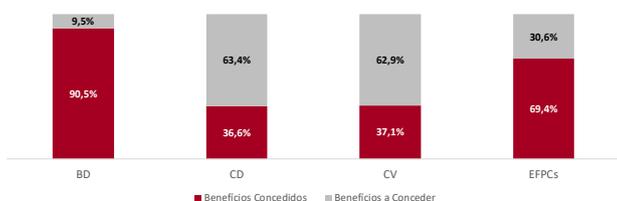


XIII. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS*, EFPCs e PLANOS DOS SERVIDORES



XIV. PASSIVO ATUARIAL

Percentual das Provisões Matemáticas



EFPCs e Planos de acordo com o percentual da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

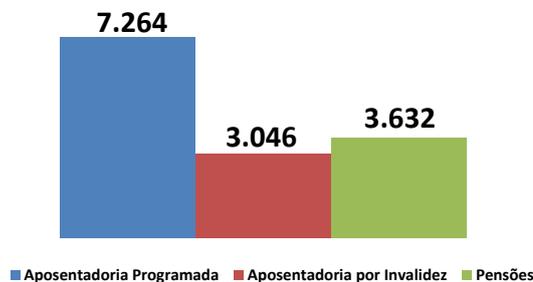
Tipo	Qtde. EFPCs/Planos	Até 25%	Entre 25% e 50%	Entre 50% e 75%	Entre 75% e 100%
BD	250	6	11	35	198
CD	459	336	63	44	16
CV	278	106	92	49	31
EFPCs	236	67	55	59	55

Foram consideradas apenas EFPCs com dados disponíveis na posição set/23

XV. DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIOS

Tipo	Valor (R\$ mil) ¹	Valor Médio Mensal ² (R\$)
Aposentadoria Programada	24.338.983	7.264
Aposentadoria por Invalidez	820.433	3.046
Pensões	3.761.175	3.632

Nota: O valor dos Benefícios pagos, quando também considerados os Auxílios - Prestação Continuada, Pecúlios e Outros benefícios de Prestação Continuada é de R\$ 35 bi (jun/22).

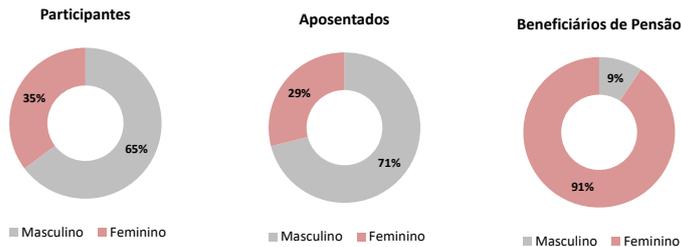


¹ Valor acumulado até junho de 2022, considerando amostra com 212 EFPCs.
² Média estimada dos valores acumulados até junho de 2022 (R\$).

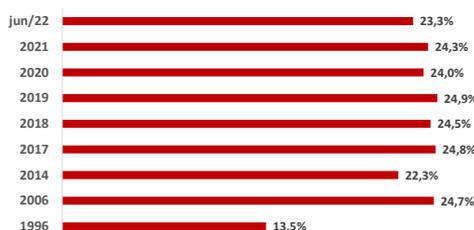
XVI. ESTATÍSTICAS DE POPULAÇÃO

Faixa Etária	Participantes*		Aposentados*		Beneficiários de Pensão*	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 24 anos	4,7%	3,9%	0,0%	0,0%	2,3%	2,2%
De 25 a 34 anos	13,0%	7,7%	0,0%	0,0%	0,4%	0,5%
De 35 a 54 anos	36,8%	18,8%	2,2%	1,2%	1,7%	6,7%
De 55 a 64 anos	7,2%	2,9%	21,9%	11,3%	1,5%	15,2%
De 65 a 74 anos	2,1%	1,3%	29,4%	12,7%	1,8%	27,1%
De 75 a 84 anos	0,7%	0,5%	14,1%	3,1%	1,0%	25,4%
Mais de 85 anos	0,2%	0,2%	3,3%	0,7%	0,5%	13,6%
Total	64,8%	35,2%	71,0%	29,0%	9,2%	90,8%

*Dados de dez/21 / Amostra: 3 milhões de participantes, 652 mil aposentados e 191 mil beneficiários de pensão

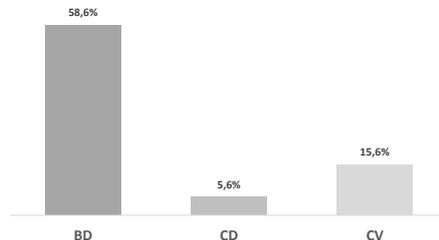


Evolução da Maturidade Populacional** - EFPCs



**Divisão dos assistidos (aposentados e beneficiários de pensão) pela soma dos participantes e assistidos

Maturidade Populacional por Tipo de Plano



Percentual das EFPCs e Planos de acordo com a Maturidade Populacional

Tipo	Qtde. EFPCs/Planos	Até 25%	Entre 25% e 50%	Entre 50% e 75%	Entre 75% e 100%
BD	242	12%	10%	13%	65%
CD	336	85%	7%	5%	3%
CV	235	63%	18%	9%	10%
EFPCs	234	59%	20%	13%	9%

XVII. CLASSIFICAÇÃO DAS EFPCs

	EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População		EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População	
1	PREVI	258.954.921	82.012	229.657	108.717	2022		66	FUSESC	2.929.537	1.966	6.042	4.897	2022
2	PETROS	115.154.851	52.822	315.122	79.904	2022		67	PREVIRB	2.875.605	562	1.127	1.464	2022
3	FUNCEF	101.347.174	86.634	205.955	53.457	2022		68	MULTIPLA	2.663.583	21.179	12.872	1.062	2022
4	VIVEST	36.802.235	17.656	42.232	33.258	2022		69	FUSAN	2.630.278	6.965	13.887	3.141	2022
5	FUND. ITAÚ UNIBANCO	32.091.023	26.429	7.603	25.379	2022		70	PREVDOW	2.578.148	3.036	4.548	882	2022
6	VALIA	29.958.873	106.905	333.499	26.451	2022		71	INSTITUTO AMBEV	2.455.381	9.046	670	1.120	2022
7	BANESPREV	27.683.838	3.852	21.642	25.330	2022		72	SICOOB PREVI	2.427.461	202.789	32.823	168	2022
8	SISTEL	22.298.204	1.785	23.429	21.643	2022		73	JOHNSON & JOHNSON	2.329.719	8.419	12.629	1.171	2022
9	FORLUZ	20.026.083	6.403	25.353	16.615	2022		74	BANDEPREV	2.308.029	324	468	1.899	2022
10	REAL GRANDEZA	18.057.210	3.230	16.091	9.289	2022		75	ENERPREV	2.276.160	2.707	6.441	2.589	2022
11	FAPES	15.647.126	2.731	7.908	2.315	2022		76	BANESES	2.250.778	1.911	5.688	2.537	2022
12	FUNDAÇÃO COPEL	13.750.724	11.983	14.242	9.870	2022		77	GEBSA-PREV	2.213.815	8.777	11.398	731	2022
13	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	12.169.350	8.802	42.794	15.279	2022		78	MULTICOOP	2.181.035	9.117	13.676	90	2022
14	POSTALIS	11.885.326	141.376	111.940	47.707	2022		79	EQTPREV	2.170.093	3.007	4.817	3.895	2022
15	MULTIPREV	11.069.139	61.536	41.351	3.858	2022		80	FUNDAÇÃO CORSAN	2.158.919	4.137	8.136	4.217	2022
16	CERES	10.726.586	12.655	21.928	9.423	2022		81	PREVI-SIEMENS	2.079.135	7.217	10.817	1.600	2022
17	TELOS	9.942.080	6.954	29.238	7.249	2022		82	FIPECQ	2.065.929	11.658	28.830	481	2022
18	PREVIDÊNCIA USIMINAS	9.737.429	16.138	48.040	19.928	2022		83	FUNSEJEM	2.038.781	17.170	20.409	852	2022
19	ECONOMUS	9.454.402	8.436	17.833	10.058	2022		84	PREVDATA	2.027.060	2.898	7.156	1.938	2022
20	MULTIBRA	9.202.328	50.110	99.334	8.516	2022		85	BASF	1.948.588	4.215	3.486	637	2022
21	FACHESF	8.421.990	7.319	21.933	10.180	2022		86	FASC	1.901.099	4.291	10.938	978	2022
22	FUNPRES-EXE	8.165.821	111.893	-	244	2022		87	E-INVEST	1.867.215	2.705	1.290	798	2022
23	BB PREVIDÊNCIA	8.089.583	208.113	61.198	4.207	2022		88	FUNDAÇÃO PROMON	1.862.429	1.593	4.072	757	2022
24	VISÃO PREV	8.013.063	15.680	17.049	6.070	2022		89	CIBRIS	1.857.660	2.744	4.105	1.818	2022
25	SERPROS	7.906.721	7.498	24.169	5.452	2022		90	PREVIUS	1.848.299	2.684	1.623	988	2022
26	CENTRUS	6.719.471	1.188	2.023	1.281	2022		91	PREVISC	1.816.665	18.095	35.364	1.618	2022
27	CAPEF	6.616.003	6.826	14.650	5.689	2022		92	CARGILLPREV	1.800.437	6.962	9.577	396	2022
28	FUNDAÇÃO REFER	6.609.967	3.004	30.135	22.364	2022		93	PRECE	1.726.588	1.455	3.993	6.579	2022
29	FUNBEP	6.489.236	243	478	6.145	2022		94	SYNGENTA PREVI	1.716.011	4.262	7.407	366	2022
30	FUNDAÇÃO FAMÍLIA	6.346.769	9.363	18.019	8.866	2022		95	VALUEPREV	1.689.009	2.671	1.049	496	2022
31	CBS PREVIDÊNCIA	6.162.718	21.801	38.345	12.160	2022		96	ACEPREV	1.679.059	4.190	7.400	1.913	2022
32	FUNDAÇÃO BANRISUL	5.981.655	8.467	13.994	8.901	2022		97	ENERGISAPREV	1.673.387	10.567	14.864	2.994	2022
33	FUNDAÇÃO IBM	5.889.241	7.316	12.069	1.940	2022		98	PRHOSPER	1.596.025	2.049	2.807	1.500	2022
34	QUANTA - PREVIDÊNCIA	5.834.179	159.868	243.307	787	2022		99	SÃO BERNARDO	1.566.393	10.468	8.206	1.323	2022
35	ELETROS	5.322.333	2.448	7.333	2.682	2022		100	FAELCE	1.553.431	896	3.401	2.424	2022
36	FIBRA	5.294.237	1.996	4.776	2.032	2022		101	IAJA	1.542.513	8.593	14.522	1.784	2022
37	PREVI-GM	5.099.726	18.028	20.952	4.126	2022		102	RUMOS	1.497.653	2.286	3.325	373	2022
38	SANTANDERPREVI	4.784.506	26.551	39.826	1.930	2022		103	PREVUNIÃO	1.487.267	3.899	5.822	1.145	2022
39	EMBRAER PREV	4.579.048	18.582	32.145	2.038	2022		104	ISBRE	1.427.522	422	1.187	512	2022
40	PREVINORTE	4.576.432	3.491	6.467	2.601	2022		105	FACEB	1.383.994	606	2.121	1.797	2022
41	FUNDAÇÃO LIBERTAS	4.495.232	15.454	2.256	5.408	2022		106	BRASILETROS	1.353.266	1.042	2.914	2.435	2022
42	GERDAU PREVIDÊNCIA	4.474.679	16.440	20.172	3.149	2022		107	PREVSAN	1.351.991	3.636	7.631	1.863	2022
43	BRF PREVIDÊNCIA	4.449.592	46.228	139.673	8.044	2022		108	PREVI NOVARTIS	1.341.666	2.532	1.436	654	2022
44	ELOS	4.244.375	1.340	3.046	3.557	2022		109	OABPREV-SP	1.340.351	51.917	106.255	506	2022
45	VEXTY	4.214.665	15.280	-	1.014	2022		110	SEBRAE PREVIDENCIA	1.308.188	9.652	8.255	427	2022
46	CITIPREVI	4.204.566	6.064	5.932	1.014	2022		111	MBPREV	1.239.268	11.029	1.412	1.456	2022
47	INFRAPREV	4.169.765	6.000	11.290	5.152	2022		112	ULTRAPREV	1.167.452	8.325	483	457	2022
48	SABESPREV	4.000.662	11.795	34.200	8.987	2022		113	PREVIBOSCH	1.157.993	5.986	10.935	1.224	2022
49	UNILEVERPREV	3.933.151	13.248	1.575	1.702	2022		114	COMPESAPREV	1.155.692	2.590	5.536	2.643	2022
50	ITAJUBÁ FUNDO MULTI	3.911.664	40.214	14.252	1.373	2022		115	FUNDAMBRA	1.132.154	5.010	949	640	2022
51	NUCLEOS	3.833.995	2.877	5.863	1.963	2022		116	INOVAR	1.127.904	3.820	5.577	828	2022
52	FUNSSSEST	3.766.805	7.779	927	3.504	2022		117	FUNDIÁGUA	1.119.642	2.212	6.183	1.884	2022
53	REGIUS	3.756.791	4.678	5.509	1.575	2022		118	DESBAN	1.108.390	370	998	574	2022
54	NÉOS	3.694.465	10.879	29.761	6.144	2022		119	COMSHELL	1.106.887	1.247	1.870	556	2022
55	CELOS	3.685.563	7.544	9.909	5.808	2022		120	PLANEJAR	1.105.504	4.323	6.485	605	2022
56	FUNEPP	3.558.878	20.663	549	2.518	2022		121	SÃO RAFAEL	1.100.662	849	1.274	837	2022
57	METRUS	3.506.616	7.877	15.764	4.607	2022		122	FABASA	1.070.195	3.513	13.299	1.016	2022
58	FUNDAÇÃO ITAÚSA	3.493.878	5.480	7.434	1.239	2022		123	SAO FRANCISCO	1.062.077	1.289	1.786	905	2022
59	BRASLIGHT	3.474.826	4.656	9.484	5.047	2022		124	VIKINGPREV	1.056.611	6.224	72	413	2022
60	VWPP	3.394.164	28.555	39.913	2.658	2022		125	PREVICAT	1.055.887	1.576	2.746	1.014	2022
61	SP-PREVCOM	3.070.111	23.837	10.706	301	2022		126	SERGUS	1.035.342	882	1.728	881	2022
62	ICATUFMP	3.010.929	34.396	14.777	2.244	2022		127	BASES	997.624	194	961	1.556	2022
63	FUND. VIVA DE PREV.	2.972.584	48.138	95.766	10.031	2022		128	AGROS	992.628	5.407	6.523	811	2022
64	FUNPRES-P-JUD	2.966.033	28.611	9.704	22	2022		129	ECOS	962.881	51	955	689	2022
65	SARAH PREVIDÊNCIA	2.937.668	3.617	6.330	664	2022		130	PORTOPREV	910.947	9.250	14.968	236	2022

XVII. CLASSIFICAÇÃO DAS EFPCs

EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População	EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População		
131	MAIS VIDA PREVIDÊNCIA	904.390	1.150	1.957	194	2022	186	CAGEPREV	334.546	1.240	1.633	147	2022
132	PREVICOKE	890.442	1.010	1.354	243	2022	187	SUPRE	324.824	180	857	559	2022
133	FGV-PREVI	837.377	2.399	3.599	178	2022	188	FAPECE	298.677	291	-	155	2022
134	PREVIPLAN	788.039	2.302	6.449	550	2022	189	PREVIHONDA	296.872	11.002	19.253	122	2022
135	ELETRA	775.470	990	2.476	1.167	2022	190	FUCAP	294.372	876	1.333	285	2022
136	ALCOA PREVI	746.934	3.568	5.352	155	2022	191	CAPOF	283.797	45	258	382	2022
137	PREVIM-MICHELIN	746.566	5.628	8.435	362	2022	192	AVONPREV	280.067	7.053	4.794	86	2022
138	AERUS	732.094	9.805	19.089	9.878	2022	193	OABPREV-SC	279.306	8.517	14.742	119	2022
139	MSD PREV	726.624	1.434	2.505	280	2022	194	FUMPRESC	271.766	593	690	470	2022
140	OABPREV-PR	718.135	18.431	21.996	205	2022	195	CARBOPREV	268.837	836	1.255	205	2022
141	KPMG PREV	690.148	8.051	12.077	90	2022	196	ALPHA	252.780	769	1.812	273	2022
142	PREVEME	689.519	1.121	981	799	2022	197	SOMUPP	251.014	-	-	105	2022
143	PFIZER PREV	660.750	1.516	2.258	259	2022	198	RJPREV	242.620	3.562	3.030	19	2022
144	BUNGPREV	649.960	9.560	26.947	364	2022	199	FUTURA II	222.069	6.792	10.424	25	2022
145	INDUSPREVI	643.103	1.958	2.691	598	2022	200	INSTITUTO GEIPREV	196.029	32	197	307	2022
146	POUPREV	639.614	1.244	2.004	151	2022	201	SCPREV	194.968	2.276	195	-	2022
147	FAPERS	638.586	1.430	2.473	916	2022	202	MAIS FUTURO	193.837	4.220	7.952	70	2022
148	DERMINAS	636.547	4.817	-	3.909	2022	203	OABPREV-RS	193.774	8.411	16.018	68	2022
149	RAIZPREV	630.649	26.657	39.980	72	2022	204	RECKITTPREV	183.641	1.193	1.372	68	2022
150	PREVHAB	622.928	3	400	549	2022	205	TEXPREV	180.487	103	155	9	2022
151	CP PREV	594.892	3.007	4.948	186	2022	206	SUL PREVIDÊNCIA	179.204	2.180	3.115	116	2022
152	CARREFOURPREV	593.981	53.071	29.518	261	2022	207	MÚTUOPREV	167.912	10.393	17.347	-	2022
153	MAIS PREVIDÊNCIA	581.439	5.689	2.353	882	2022	208	DATUSPREV	164.742	308	334	78	2022
154	PORTUS	581.423	664	14.890	8.026	2022	209	PREVYASUDA	163.717	781	1.024	96	2022
155	PREVINDUS	568.147	8.033	4.468	1.020	2022	210	PREVBEP	158.401	16	160	168	2022
156	P&G PREV	553.549	4.969	7.485	234	2022	211	OABPREV-GO	157.030	4.607	13.518	93	2022
157	PREVIDEXXONMOBIL	547.025	2.155	2.419	136	2022	212	VISTEON	147.523	2.598	82	138	2022
158	RANDONPREV	538.036	16.840	24.550	319	2022	213	PREVCOM-MG	146.284	1.994	1.502	-	2022
159	FUTURA	533.704	774	1.160	404	2022	214	CAPAF	142.731	121	538	887	2022
160	BOTICÁRIO PREV	527.725	10.812	11.855	40	2022	215	MAG FUNDOS DE PENSÃO	124.817	3.018	4.850	31	2022
161	SUPREV	524.533	2.960	3.011	987	2022	216	RS-PREV	120.413	2.248	2	-	2022
162	PREV PEPISCO	519.159	14.473	13.492	147	2022	217	ALBAPREV	118.009	199	434	21	2022
163	PREVIP	512.877	4.236	6.357	191	2022	218	PREVUNISUL	106.396	307	245	135	2022
164	CAPESESP	510.353	26.555	2.030	630	2022	219	PREVES	101.245	5.964	-	5	2022
165	JUSPREV	508.007	3.824	6.550	44	2022	220	PREVNORDESTE	93.081	1.982	1.578	4	2022
166	PREVCUMMINS	496.683	2.674	2.876	236	2022	221	SBOT PREV	83.399	1.705	1.791	10	2022
167	CAPITAL PREV	492.909	954	2.940	972	2022	222	ANABBPREV	74.083	1.403	2.762	10	2022
168	ALPAPREV	492.405	20.374	28.101	246	2022	223	FUNCASAL	72.699	446	1.410	832	2022
169	GASIOUS	486.189	13	451	959	2022	224	ALPREV	65.986	198	150	-	2022
170	CIFRAO	477.175	634	1.380	1.038	2022	225	DF-PREVICOM	65.718	1.546	9	-	2022
171	TETRA PAK PREV	464.090	1.887	2.829	94	2022	226	FIOPREV	63.499	61	94	80	2021
172	PREVEME II	457.585	2.847	5.355	213	2022	227	OABPREV-RJ	63.174	4.656	8.543	27	2022
173	MAUÁ PREV	452.347	5.681	8.522	258	2022	228	MM PREV	58.573	2.237	3.345	35	2022
174	PREVICEL	441.207	761	1.087	212	2022	229	ALEPEPREV	55.823	157	214	32	2022
175	PREVISCANIA	436.562	5.747	899	244	2022	230	CE-PREVCOM	40.756	330	446	-	2022
176	MERCERPREV	434.090	2.413	3.613	72	2022	231	PREVCOM-BRC	33.560	1.211	98	-	2022
177	VOITH PREV	429.484	1.742	1.973	311	2022	232	SILIUS	24.074	13	251	300	2022
178	UNISYS PREVI	386.804	559	324	83	2022	233	CURITIBAPREV	20.633	1.762	1.440	-	2022
179	LILLY PREV	372.931	622	933	272	2022	234	FUCAE	17.608	nd	nd	nd	nd
180	TOYOTA PREVI	371.454	4.822	7.233	129	2022	235	OABPREVNORDESTE	14.801	nd	nd	nd	nd
181	CABEC	362.878	6	1.518	1.145	2022	236	CAVA	8.036	337	954	494	2022
182	ROCHEPREV	360.612	1.562	2.343	127	2022	237	INERGUS	6.472	-	152	103	2022
183	CASANPREV	353.691	1.259	2.629	791	2022	238	MAPPIN	5.177	3.463	2.895	35	2014
184	OABPREV-MG	352.235	11.235	18.534	95	2022	239	ORIOUS	3.374	-	23	46	2022
185	DANAPREV	335.924	5.025	7.388	167	2022	240	MULTIBRA INSTITUIDOR	1.936	27	49	119	2022

TOTAL ESTIMADO

Investimentos (R\$ mil)	1.143.674.523	Participantes Ativos	2.941.654	Dependentes	3.993.906	Assistidos	881.525
-------------------------	---------------	----------------------	-----------	-------------	-----------	------------	---------

T E V Λ

I n d i c e s

Indexação customizada de portfolios institucionais.

A Teva Indices oferece o que há de mais avançado na prática da gestão institucional internacional com expertise e adequação ao mercado brasileiro.

Entre em contato com nossos especialistas.

↘ contato@tevaindices.com.br ↘ solly@tevaindices.com.br



T E V Λ

I n d i c e s

Benchmarks Customizados

ESG

Gestão por Indicadores

ALM via Indexação

Redução de Custos de Gestão

Otimização de Portfolios

+ R\$ 163 bi
sob gestão

+ 4 MM de
cotistas

17 anos
de história

13
estratégias

+ 165
profissionais

Infraestrutura

Equipe experiente

Time especialista no setor de infraestrutura, buscando sempre a originação de transações diretamente.

Governança sólida

Monitoramento dos ativos através das melhores práticas de gestão.

Ampla cobertura

- Energia
- Saneamento
- Transporte
- Telecomunicações

Vantagem tributária

Fundos isentos de IR no rendimento e ganho de capital para pessoas físicas.

FI-Infra

Pagamento de dividendos mensais
Renda fixa
Risco diversificado

FIP-IE Renda

Participação acionária
Dívidas estruturadas
Carteira diversificada

Private equity de infraestrutura

Investimento direto
Participação acionária
Risco diversificado
Capital fechado

Saiba mais em www.xpasset.com.br

Este material é de caráter exclusivamente informativo e não deve ser considerado como recomendação de investimento, oferta de compra ou venda de cotas do Fundo. A XP Asset Management é uma marca que inclui a XP Gestão de Recursos Ltda. ("XPG"), XP PE Gestão de Recursos Ltda. ("XPPE"), XP Allocation Asset Management Ltda. ("XP Allocation") e a XP Vista Asset Management Ltda. ("XPV"). A XPG, XPPE, XPV e XP Allocation são gestoras de recursos de valores mobiliários autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e constituídas na forma da Instrução CVM nº 558/15. Todas as regras regulatórias de segregação são observadas pelas gestoras. Os fundos de estratégias de investimentos de Renda Variável e Multimercado são geridos pela XPG. Os fundos de estratégias de investimentos de Renda Fixa e Estruturados são geridos pela XPV. Os fundos de Previdência podem ser geridos tanto pela XPG quanto pela XPV, a depender da estratégia do fundo. Os fundos de private equity são geridos pela XPPE. A XP Allocation atua na gestão de fundos de investimentos e fundos de cotas de fundos de investimentos, com foco em Alocação (asset Allocation, fund of funds, acesso) e Indexados. A gestão dos FIPs é feita pela XPPE, XPV e XP Allocation, gestoras aderentes ao Código ABVCAP/ANBIMA. A XPPE, XPG, XP Allocation e a XPV não comercializam nem distribuem quotas de fundos de investimento ou qualquer outro ativo financeiro. As informações contidas neste informe são de caráter meramente informativo e não constituem qualquer tipo de aconselhamento de investimentos, não devendo ser utilizadas com este propósito. Nenhuma informação contida neste informe constitui uma solicitação, publicidade, oferta ou recomendação para compra ou venda de quotas de fundos de investimento ou de quaisquer outros valores mobiliários. Este informe não é direcionado para quem se encontrar proibido por lei a acessar as informações nele contidas, as quais não devem ser usadas de qualquer forma contrária a qualquer lei de qualquer jurisdição. A XPG, XPPE, XP Allocation e a XPV, seus sócios e funcionários isentam-se de responsabilidade por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e sobre quaisquer danos resultantes direta ou indiretamente da utilização das informações contidas neste informe. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO - FGC. INVESTIMENTOS NOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS ESTÃO SUJEITOS A RISCOS DE PERDA SUPERIOR AO VALOR TOTAL DO CAPITAL INVESTIDO. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. LEIA O PROSPECTO, O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. RELAÇÃO COM INVESTIDORES: ri@xpasset.com.br. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO: Comissão de Valores Mobiliários - CVM; Serviços de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br.